Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Marxismo na América Latina / organizador Michael Löwy; [tradutores Claudia Schilling, Luís Carlos Borges] — São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

Vários autores
ISBN 85-86469-13-0

1. Comunismo — América Latina 2. Revoluções — América Latina — Filosofia 3. Revoluções e socialismo — América Latina 4. Socialismo — América Latina I. Löwy, Michael .

99-0807 CDD-320.5315098

Índices para catálogo sistemático:
1. América Latina : Marxismo : Socialismo : Ciência política 320.5315098

Michael Löwy
(Organizador)

O marxismo na América Latina

Uma antologia de 1909 aos dias atuais

TRADUÇÃO
Cláudia Schilling
Luís Carlos Borges

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores
em maio de 1996.

Diretoria
Luiz Dulci — presidente
Zilah Abramo — vice-presidente
Hamilton Pereira — diretor
Ricardo de Azevedo — diretor

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial
Flamarion Maués

Revisão
Eloisa Aragão
Lizete Mercadante

Capa
Eliana Kestenbaum

Editoração Eletrônica
Augusto Gomes

1ª edição: abril de 1999

Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234
04117-091 — São Paulo — SP — Brasil
Telefone: (011) 571-4299
Fax: (011) 573-3338
Home-page: http://www.fpabramo.org.br
E-mail: editora@fpabramo.org.br

Sumário

Introdução

Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina

É evidente que a história de quase um século de teoria e prática do marxismo em todo um continente não pode ser resumida em algumas dezenas de páginas; as seguintes observações tentam apenas propor alguns pontos de referência para o estudo da evolução do pensamento marxista na America Latina, com ênfase na questão da *natureza da revolução*[1].

Um dos principais problemas que o marxismo latino-americano teve de confrontar foi precisamente a definição do caráter da revolução no continente – definição que era ao mesmo tempo resultado de certa análise das formações sociais latino-americanas e o ponto de partida para a formulação de estratégias e táticas políticas. Em outras palavras, é um dos momentos-chave da reflexão científica e uma mediação decisiva entre a teoria e a prática. Toda uma série de questões políticas fundamentais – as alianças de classe, os métodos de luta, as etapas da revolução – está intimamente ligada a essa problemática central: a natureza da revolução.

Muito esquematicamente, podemos distinguir três períodos na história do marxismo latino-americano: 1) um período revolucionário, dos anos 20 até meados dos anos 30, cuja expressão teórica mais profunda é a obra de Mariátegui e cuja manifestação prática mais importante foi a insurreição salvadorenha de 1932. Nesse período, os marxistas tendiam a caracterizar a revolução latino-americana como, simultaneamente, socialista, democrática e antiimperialista; 2) o período stalinista, de meados da década de 1930 até 1959, durante o qual a interpretação soviética de marxismo foi hegemônica, e por conseguinte a teoria de revolução por etapas, de Stalin, definindo a etapa presente na América Latina como nacional-democrática; 3) o novo período revolucionário, após a Revolu-

1. Para uma história relativamente bem documentada do comunismo latino-americano, ver a obra de Boris Goldemberg, *Kommunismus in Lateinamerika* (Stuttgart, Verlag Kohlhammer, 1971), que, apesar de seus defeitos e de uma tendência para o anticomunismo, é, certamente, superior a obras similares publicadas nos Estados Unidos, todas profundamente marcadas pela Guerra Fria.

ção Cubana, que vê a ascensão (ou consolidação) de correntes radicais, cujos pontos de referência comuns são a natureza socialista da revolução e a legitimidade, em certas situações, da luta armada, e cuja inspiração e símbolo, em grau elevado, foi Ernesto Che Guevara.

O problema da natureza da revolução está, em última análise, relacionado com certas questões teóricas e metodológicas fundamentais que giram em torno da questão de como aplicar o marxismo à realidade latino-americana.

O marxismo na América Latina foi ameaçado por duas tentações opostas: o excepcionalismo indo-americano e o eurocentrismo.

O excepcionalismo indo-americano tende a absolutizar a especificidade da América Latina e de sua cultura, história ou estrutura social. Levado às suas últimas conseqüências, esse particularismo americano acaba por colocar em questão o próprio marxismo como teoria exclusivamente européia. O exemplo mais significativo dessa abordagem foi a APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana)[2], que, sob a liderança de Haya de la Torre, tentou primeiramente "adaptar" o marxismo à realidade continental, para posteriormente "superá-lo" a serviço de um populismo *sui generis* e eclético. Para Haya de la Torre, o "espaço-tempo indo-americano" é governado pelas suas próprias leis, é profundamente diferente do "espaço-tempo" europeu analisado por Marx e, por isso, exige uma nova teoria que negue e transcenda o marxismo[3].

Foi o eurocentrismo, mais do que qualquer outra tendência, que devastou o marxismo latino-americano. Com esse termo queremos nos referir a uma teoria que se limita a transplantar mecanicamente para a América Latina os modelos de desenvolvimento socioeconômico que explicam a evolução histórica da Europa ao longo do século XIX. Para cada aspecto da realidade européia estudado por Marx e Engels – a contradição entre forças produtivas capitalistas e relações feudais de produção, o papel historicamente progressista da burguesia, a revolução democrático-burguesa contra o Estado feudal absolutista – procurou-se laboriosamente o equivalente latino-americano, transformando assim o marxismo em um leito de Procusto, sobre o qual a realidade era impiedosamente "recortada" ou "esticada" conforme as necessidades do momento. Usando esse método, a estrutura agrária do continente foi classificada como feudal, a burguesia local considerada como progressista, ou mesmo revolucionária, o campesinato definido como hostil ao socialismo coletivista etc. Nessa problemática, toda a especificidade da América Latina foi implícita ou explicitamente negada, e o continente concebido como uma espécie de Europa tropical, com seu desenvolvimento retardado de um século, e sob o domínio do império norte-americano.

Essas duas tentações são estritamente antagônicas e contraditórias mas, paradoxalmente, levam a uma conclusão comum: a de que o socialismo não está na ordem do dia na América Latina. De acordo com Haya de la Torre,

> Antes da revolução socialista, que levará a classe trabalhadora ao poder, nosso povo deve passar por etapas prévias de transformação econômica e política e, talvez, por uma revolução social que conseguirá emancipá-lo do jugo imperialista e levar à unificação econômica e política indo-americana. A revolução proletária virá depois.[4]

Partindo da especificidade da América Latina, os apristas (Carlos Manuel Cox, por exemplo) criticam Mariátegui por não ter compreendido a diferença entre as sociedades européias industriais e as sociedades latino-americanas essencialmente agrárias e, com isso, ter inventado o mito de uma classe trabalhadora latino-americana com vocação revolucionária[5].

Por outro lado, a corrente eurocêntrica (que encontrou inspiração nos escritos de Stalin) chega a uma conclusão precisamente análoga: as condições econômicas e sociais na América Latina não estão amadurecidas para uma revolução socialista; no momento, o objetivo é concretizar uma etapa histórica democrática e antifeudal (como na Europa dos séculos XVIII e XIX!). Por exemplo, Alejandro Martínez Cambero, um teórico do Partico Comunista Mexicano, escreveu em 1945:

> As condições objetivas e subjetivas em que nos encontramos não permitem a instauração imediata do socialismo no México. As forças produtivas do país estão desenvolvidas a ponto de que uma ruptura com as rela-

2. A APRA foi fundada pelo peruano Víctor Raúl Haya de la Torre quando estava exilado no México. Ideologicamente eclética, foi inspirada principalmente pela Revolução Mexicana, elaborando uma doutrina "indo-americanista" única. Durante a década de 1920, a APRA foi um movimento de caráter continental, com seções em vários países latino-americanos, mas, pouco a pouco, restringiu-se ao Peru, onde persiste como partido de massa. Originalmente, a APRA declarou-se antiimperialista, mas esse seu caráter diluiu-se progressivamente e acabou por desaparecer.

3. De acordo com Haya de la Torre, "O aprismo formula uma nova interpretação do marxismo para a América Latina, transferindo o conceito einsteiniano de espaço-tempo para o domínio sociohistórico com vistas à dar conta desse aglomerado complexo de regiões e raças, de formas de produção e de cultura. O aprismo nega e transcende o marxismo" (em Victor Alba, *Politics and the Labor Movement in Latin America* [Stanford, Stanford University Press, 1968], p. 169). Mas a teoria aprista situa-se essencialmente fora dos limites do marxismo e o seu exotismo indo-americano nunca foi uma corrente importante no pensamento marxista latino-americano, mesmo que tenha tido influência sobre certos autores ou grupos políticos (por exemplo, a "esquerda nacional" na Argentina).

4. *Ibid.*, p. 147.

5. Cf. Carlos M. Cox, "Reflexiones sobre José Carlos Mariátegui", em *El marxismo latinoamericano de Mariátegui* (Buenos Aires, Ed. Crisis, 1973), p. 185-86: "Mariátegui afirmou que o proletariado, incipiente no Peru, assim como em toda a América Latina, realizará as tarefas que devem ser realizadas historicamente pela burguesia. [...] Mariátegui, assim, fez do proletariado um mito".

ções capitalistas de produção que existem presentemente seja tanto necessária como possível? Pensamos que não! Objetivamente, as condições econômicas e o modo de produção (nas suas bases fundamentais, e não apenas em centros industriais isolados) ainda não são essencialmente capitalistas[6].

A aplicação criativa do marxismo à realidade latino-americana significa justamente a superação – no sentido da *Aufhebung* hegeliana – dessas duas tendências e do dilema entre um particularismo hipostasiado e um dogmatismo universalista – graças à unidade dialético-concreta entre o específico e o universal. Na nossa opinião, não é acidental que a maioria dos pensadores que compartilham essa posição metodológica, de Mariátegui a Che Guevara, para citar dois exemplos bem conhecidos, chega justamente à conclusão oposta: a revolução na América Latina será socialista ou não será.

Um dos problemas que serviu como ponto de partida para o questionamento do modelo eurocêntrico foi a questão das etapas históricas do desenvolvimento econômico na América Latina. Ao analisar a estrutura das relações produtivas, vários investigadores marxistas das décadas de 1940 e 1950, como Caio Prado Jr., Sergio Bagú ou Marcelo Segall, negaram que as formações sociais latino-americanas tivessem sido originalmente versões locais do feudalismo europeu. Partindo dessas investigações, André Gunder Frank, Luis Vitale e outros desenvolveram uma análise da dimensão especificamente capitalista da estrutura produtiva latino-americana e da sua combinação com formas pré-capitalistas, enfatizando que a evolução das suas etapas socioeconômicas não foi idêntica àquela vivida pela Europa desde a Idade Média até a era do capitalismo industrial. Ao demonstrar que a causa do subdesenvolvimento, da desigualdade regional e da profunda miséria do campesinato não é o feudalismo, mas o caráter particular que o capitalismo assumiu na América Latina (formas coloniais e, depois, semicoloniais ou dependentes), esses autores criticam a tese eurocêntrica sobre a dimensão antifeudal do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Dessa compreensão marxista das particularidades da América Latina pode-se concluir logicamente, na opinião destes autores, que apenas medidas anticapitalistas no contexto de um processo socialista revolucionário podem solucionar o problema agrário do continente e abrir caminho para um desenvolvimento social e econômico harmonioso. Note-se como tal interpretação articula certos conceitos marxistas "clássicos", ao mesmo tempo que, por outro lado, reconhece plenamente o caráter específico das economias e sociedades latino-americanas.

6. A. M. Cambero, "Perspectivas del socialismo en México", *La Voz de México*, 25 nov. 1945, p. 7.

Por outro lado, essa problemática está relacionada com a questão indígena, na medida em que implica descobrir a particularidade do campesinato latino-americano em relação ao modelo europeu. Daí o interesse de um Mariátegui ou de um Diego Rivera pelo estudo dos modos pré-colombianos de produção, tentando reencontrar certas tradições coletivistas que poderiam levar o campesinato indo-americano a comportar-se de maneira diferente dos camponeses pequenos proprietários descritos por Marx n'*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Daí também a preocupação de um Hugo Blanco ou de um Ricardo Ramírez em analisar a natureza dual da opressão que sofre o campesinato indígena e o caráter simultaneamente socioeconômico e etnocultural (ou nacional) da sua rebelião. Enquanto a corrente "dogmática" apenas reconhece a luta camponesa como uma luta burguesa e democrática[7], similar à do campesinato na Revolução Francesa, o ponto de vista dialético-concreto captura a especificidade do campesinato latino-americano que resulta de suas tradições culturais e do caráter capitalista de sua exploração, e revela o potencial socialista, explosivo, revolucionário dos trabalhadores rurais (El Salvador em 1932, Cuba em 1957-61, para citar apenas dois exemplos).

Outro debate significativo nesse contexto é o que se dá em torno da questão da dependência. Pode a América Latina libertar-se da dominação imperialista e conhecer um desenvolvimento capitalista autônomo, independente, como as nações européias (Itália, Alemanha) que se unificaram e se emanciparam da dominação estrangeira no século XIX? A tendência representada por Mariátegui – que tem seu prolongamento na ciência social marxista dos anos 60 e 70 – rejeita o modelo europeu também nesse caso. A burguesia latino-americana chegou muito tarde na cena histórica. No contexto do modo de produção capitalista, os países do continente estão inevitavelmente condenados à dependência e à submissão ao poder econômico e político-militar do imperialismo. O único caminho para superar a dominação da metrópole norte-americana e a hegemonia dos monopólios multinacionais, a única maneira de escapar ao subdesenvolvimento, é romper com o próprio sistema capitalista – tomar o caminho socialista.

Obviamente, o desenvolvimento e a hegemonia de um ou outro desses dois pólos do marxismo latino-americano, o eurocêntrico ou o concreto-dialético – deixando de lado o eclético e exótico indo-americanismo, que tende a ultrapassar as fronteiras do marxismo – depende não apenas do talento individual de cada pensador mas também, e acima de tudo, da situação histórica do movimen-

7. Ver, por exemplo, um texto maoísta brasileiro que declara em termos categóricos: "Afirmar que o socialismo é a tarefa da presente etapa da revolução [...] é negar o papel do campesinato. Nas presentes circunstâncias da América Latina, o movimento camponês, a principal base da revolução, é essencialmente democrático" (*A linha revolucionária do Partido Comunista do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Caramuru, 1971, p. 282).

to dos trabalhadores no mundo e na América Latina. Nesse sentido, a década de 1920, a era do "comunismo original", antes da dogmatização burocrática e do empobrecimento ocasionados pelo triunfo do stalinismo, foi particularmente favorável a um marxismo "aberto", assim como – até certo ponto e de maneira mais contraditória – a nova era que se abriu com a Revolução Cubana. O período mais difícil e mais negativo foi o da hegemonia stalinista – dos anos 30 até 1960 – mas mesmo durante essa época existiram investigadores marxistas criativos, tanto dentro como fora das fileiras do movimento comunista oficial.

O marxismo foi inicialmente introduzido e disseminado na América Latina por imigrantes alemães, italianos e espanhóis por volta do final do século XIX. Surgiram os primeiros partidos operários, os primeiros pensadores valeram-se das idéias marxistas e surgiu uma corrente, inspirada pela II Internacional; sua ala moderada era representada por Juan B. Justo (1865-1928) e o seu Partido Socialista Argentino (fundado em 1895), e a ala revolucionária por Luis Emilio Recabarren (1876-1924) e o seu Partido dos Trabalhadores Socialistas do Chile (fundado em 1912).

Juan B. Justo foi o primeiro tradutor de *O Capital* para o espanhol, mas é difícil considerá-lo o primeiro marxista latino-americano por causa de suas idéias ecléticas e semiliberais. Seu partido estava ligado à II Internacional, mas Germán Ave-Lallemant (1835-1910), um imigrante marxista alemão, correspondente na Argentina do *Neue Zeit*, considerava os círculos principais do Partido Socialista Argentino "ideólogos burgueses" ou, na melhor das hipóteses, "seguidores de Turati"[8].

As primeiras tentativas significativas de analisar a realidade latino-americana em termos marxistas e de estabelecer as bases para uma orientação política revolucionária vieram com o surgimento da corrente comunista. Os partidos comunistas apareceram na década de 1920 a partir de duas fontes distintas: os partidos socialistas que cerraram fileiras em torno da Revolução de Outubro, em sua corrente majoritária (Uruguai, 1920, e Chile, 1922) ou em sua ala esquerda (Argentina, 1918); e a evolução rumo ao bolchevismo de certos grupos anarquistas ou anarco-sindicalistas (México, 1919, e Brasil, 1922). A força desses partidos permaneceu bastante limitada por algum tempo: o PC chileno, desde o começo o mais forte, não tinha mais de 5.000 membros em 1929.

Durante os anos iniciais, a sua orientação foi inspirada em grande parte pelas primeiras resoluções da III Internacional, particularmente o documento de janeiro de 1921, "Sobre a Revolução na América: um chamado à classe operária

8. Cf. Germán Ave-Lallemant, "Kapitalismus und Sozialismus in Argentinien", *Die Neue Zeit*, Ano 23, v. 2, Stuttgart, 1905, p. 454. Sobre a recepção do marxismo no Brasil, de fins do século XIX até 1930, deve-se consultar a obra pioneira de Lenadro Konder, *A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*, Rio de Janeiro, Campus, 1988.

das duas Américas", e a proclamação de 1923, "Aos operários e camponeses da América do Sul"[9].

Claramente, esses textos atribuem simultaneamente tarefas agrárias, antiimperialistas e anticapitalistas à luta revolucionária na América. A unidade entre o proletariado e o campesinato é concebida no contexto de uma estratégia de revolução "ininterrupta", capaz de conduzir a América Latina diretamente de um capitalismo subdesenvolvido e dependente ("atrasado e semicolonial" na terminologia da III Internacional) para o poder do proletariado. Eles negam explicitamente a idéia de uma etapa histórica de capitalismo "nacional e democrático" independente e enfatizam a cumplicidade das burguesias locais com o imperialismo. De passagem, notemos que esses documentos nunca se referem ao "feudalismo" no campo e descrevem a luta camponesa como dirigida contra o capitalismo agrário.

Naturalmente, a Revolução Russa exerceu uma profunda influência sobre o movimento dos trabalhadores e entre a *intelligentsia* da América Latina[10]. Luis Emilio Recabarren foi talvez o exemplo mais típico de líder trabalhista histórico que se voltou para o bolchevismo por influência da Revolução de Outubro. Tipógrafo e fundador do Partido Operário Socialista do Chile, Recabarren liderou a sua transformação em Partido Comunista, a seção chilena da III Internacional, em 1922. Os escritos e discursos de Recabarren, um verdadeiro líder de massas e tribuno popular, centram-se na irreconciliável luta de classes entre capitalistas e trabalhadores nas minas e fábricas, uma luta cujo resultado histórico só pode ser a revolução socialista e o poder revolucionário. Entretanto, seu pensamento retém certa coloração "obreirista", subestimando as questões nacional e agrária. Sua adesão profunda e sincera à Revolução Russa não significa uma real apropriação da problemática leninista.

Julio Antonio Mella (1903-29) foi o primeiro e mais brilhante exemplo de uma figura freqüentemente encontrada na história social da América Latina: o estudante ou jovem intelectual revolucionário, o espírito anticapitalista romântico, que encontra no marxismo uma resposta para a paixão pela justiça social[11].

Um dos fundadores da Liga Anticlerical de Cuba (1922), da Federação dos Estudantes Universitários (1923) e da seção cubana da Liga Antiimperialista

9. Ver as seleções desses documentos nesta antologia. De modo significativo, esses documentos caíram na obscuridade depois da década de 1930 e foram ignorados até por observadores bem-informados, como Regis Debray, o qual escreveu que o primeiro documento oficial da Internacional Comunista sobre a América Latina foi um protesto contra a invasão americana da Nicarágua na época de Sandino. Cf. Debray, *La critique des armes*. Paris, Seuil, 1975, v. 1, p. 42.
10. A respeito da influência de 1917 sobre os intelectuais, ver a seleção de Aníbal Ponce, o sociólogo marxista argentino.
11. O arquétipo aqui é o personagem lendário "O estudante" em *O recurso do método*, São Paulo, Marco Zero, 1985, do grande escritor cubano Alejo Carpentier.

das Américas (1925), Julio Antonio Mella participou da criação do Partido Comunista Cubano (1925) e foi eleito membro do seu Comitê Central. Em virtude de suas atividades contra o ditador Machado ("O asno com garras", na famosa expressão do poeta comunista Rubén Martínez Villena), foi preso e obrigado a exilar-se no México. Juntou-se ao PC mexicano, mas, em 1928, desenvolveu divergências com a sua liderança, que o acusou de tendências "trotskistas"[12]. Mella organizou emigrados cubanos no México e preparou um desembarque armado na ilha, mas foi assassinado por agentes de Machado em 10 de janeiro de 1929, com 26 anos[13].

Como Mella via a luta revolucionária em Cuba? Com o grito de guerra de "Wall Street deve ser destruída", ele propunha a formação de uma frente única antiimperialista, composta de "trabalhadores de todas as tendências, camponeses, estudantes e intelectuais independentes", mas recusava-se a incluir a burguesia nacional, que considerava cúmplice da dominação imperialista[14]. Exortava os soldados cubanos a não mais defenderem "os exploradores, a burguesia nativa e a estrangeira" e a juntarem-se aos seus irmãos de classe, os trabalhadores e camponeses. Mella definia o combate contra a ditadura de Machado – que exercia uma repressão "brutal, violenta e sangrenta" contra os trabalhadores – como uma guerra de morte entre o proletariado e as classes dominantes[15].

A questão do nacionalismo e da libertação nacional ocupou um lugar central na obra de Mella. Apoiou entusiasticamente o movimento de Sandino, que estava lutando contra a invasão norte-americana da Nicarágua à frente de seu exército de guerrilheiros camponeses. Por outro lado, criticou duramente o nacionalismo "populista" da APRA de Haya de la Torre, que se apresentava como o "Kuomitang da América Latina". Em um panfleto anti-APRA publicado em 1928, Mella rejeita "uma frente única a favor da burguesia, a traidora clássica de todos os movimentos nacionais verdadeiramente emancipatórios" e enfatiza que "a luta definitiva pela destruição do imperialismo [...] não é apenas uma luta nacional pequeno-burguesa, mas uma luta internacional, já que é apenas pela abolição da causa do imperialismo, que é o capitalismo, que nações verdadeiramente livres podem existir"[16].

12. Cf. *Claridad*, boletim da oposição de esquerda. Cidade do México, n. 5, março de 1931.
13. A tese de Julián Gorkín, Victor Alba e outros de que Mella foi executado por ordem de um agente da GPU (Vittorio Vidali) me parece um mito anticomunista. Nesta época, os serviços soviéticos ainda não tinham introduzido a prática de eliminar fisicamente os comunistas dissidentes em escala internacional.
14. Cf. J. A. Mella, "Los estudiantes y la lucha social", em *Hombres de la revolución: Julio Antonio Mella*. Havana, Imp. Universitaria, 1971, p. 37, e Mella, "Cuba, un pueblo que hamás ha sido libre", em *J. A. Mella, documentos y artículos*. Havana, Ciencias Sociales, Inst. Cubano del Libro, 1975.
15. Mella, "El grito de los martires", 1926, *Hombres*, p. 17 e 19. Esse artigo refere-se ao assassinato de trabalhadores pelo ditador Machado; ver uma seleção maior nesta antologia.
16. Mella, "Que es el APRA?", *ibid.*, p. 77 e 97.

Internacionalista convicto e militante, Mella era, ao mesmo tempo, profundamente integrado na cultura e nas tradições revolucionárias de Cuba. Como os castristas, mais tarde, considerava-se um discípulo de José Martí e herdeiro da sua mensagem democrática, revolucionária e antiimperialista[17].

Essa síntese dialética entre o universal e o particular, o internacional e o latino-americano, inspira também a obra de José Carlos Mariátegui (1894-1930), indubitavelmente o pensador marxista mais vigoroso e original que a América Latina já conheceu. Escritor e jornalista, Mariátegui tornou-se socialista em 1919 e descobriu o marxismo e o comunismo durante uma longa estada na Europa (1920-23), particularmente na Itália. Ao retornar ao Peru, integrou-se ao movimento dos trabalhadores e participou ativamente do estabelecimento de sindicatos de trabalhadores industriais e agrícolas. Em 1926, fundou a revista *Amauta*, que reuniu em torno de si a vanguarda cultural e política do Peru e da América Latina; também publicou numerosos textos literários e políticos europeus (Breton, Gorki, Lenin, Marx, Rosa Luxemburg, Romain Rolland, Ernst Toller, Leon Trotski). Em 1927, Mariátegui participou do congresso da Federação dos Trabalhadores de Lima, cujos delegados foram todos presos pelo governo e acusados de montar uma "conspiração comunista". Doente e incapacitado, Mariátegui foi internado em um hospital sob vigilância policial.

Depois de ter participado por algum tempo das atividades da APRA (1927), Mariátegui rompeu com Haya de la Torre e fundou, em 1928, o Partido Socialista, que se reclamava da III Internacional. Ao rejeitar propostas de fusão da APRA, respondeu secamente:

> A vanguarda do proletariado e os trabalhadores com consciência de classe, fiéis à ação no terreno da luta de classes, repudiam qualquer tendência que possa significar uma fusão com as forças ou corpos políticos de outras classes. Condenamos como oportunista toda política que proponha que o proletariado renuncie, mesmo que momentaneamente, a sua independência de programa e de ação, que deve ser mantida plenamente, em qualquer tempo.[18]

17. Mella, "Glosas al pensamiento de José Martí", *ibid.*, p. 41-47. José Martí, poeta e revolucionário, foi o principal líder da luta de libertação de Cuba contra a metrópole espanhola – e a intervenção norte-americana – no século XIX. Sua ideologia "jacobina" se acercava do socialismo.
18. José Carlos Mariátegui, "Sobre un tópico superado", *Amauta*, n. 28, janeiro de 1930, em *Ideologia y política*. Lima, Ed. Amauta, 1971, p. 211. Pouco depois desse rompimento com Haya, Mariátegui escreveu a Eudocio Ravines: "Seja qual for o curso da política nacional e, particularmente, dos elementos com os quais colaboramos e, aparentemente, nos identificamos (descobrimos agora que isso foi só na aparência), aqueles de nós que se dedicaram ao socialismo têm a obrigação de exigir o direito da classe trabalhadora de organizar-se em um partido independente". Ver essa carta em R. Martínez de la Torre, *Apuntes para una interpretación marxista de la historia social de Perú*. Lima, Ed. Peruana, 1948, p. 335. Agradecemos ao historiador peruano Hécto Milla por chamar a nossa atenção para esse documento.

Mariátegui foi também o fundador do jornal operário *Labor*, em 1928, e da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos), em 1929. Enquanto desenvolvia intensa atividade política, Mariátegui continuou sua obra teórica. Em 1928, publicou seu livro mais importante, *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, a primeira tentativa de análise marxista de uma formação social latino-americana concreta.

Incapacitado pela doença de participar da primeira Conferência Comunista Latino-Americana (Buenos Aires, 1929), Mariátegui enviou duas teses, sobre a questão indígena e sobre a luta antiimperialista, com a delegação peruana; elas provocaram debate e polêmica intensos. Finalmente, em 1928-29, escreveu *Defesa do marxismo*, desenvolvendo seus próprios conceitos filosóficos e ético-sociais em contraposição aos de Henri de Man e Max Eastman. Mariátegui procurou não tomar partido no conflito entre Stalin e a Oposição de Esquerda, mas seus artigos sobre a questão, embora pareçam aceitar a vitória de Stalin como inevitável, mal escondem seu pesar pela derrota de Trotski:

> Ele tem um senso internacionalista, ecumênico da revolução socialista. Seus notáveis escritos a respeito da estabilização transitória do capitalismo (*Where is England Going?*) estão entre as críticas mais bem-informadas e agudas da época. Mas justamente esse senso internacionalista, que lhe dá tanto prestígio na cena mundial, está, no momento, roubando-lhe o poder na prática da política russa.[19]

Mariátegui foi acusado de eurocentrismo por seus adversários apristas e, por outro lado, de "populismo nacional" por certos autores soviéticos[20]. Na realidade, seu pensamento caracteriza-se justamente por uma fusão entre os aspectos mais avançados da cultura européia e as tradições milenares da comunidade indígena, e por uma tentativa de assimilar a experiência social das massas camponesas numa reflexão teórica marxista.

Mariátegui foi muitas vezes qualificado de heterodoxo, idealista ou romântico. É verdade que seus trabalhos, especialmente *Defesa do marxismo*, revelam uma profunda influência do idealismo italiano (Croce, Gentile), de Bergson e, acima de todos, de Sorel. Contudo, esse voluntarismo ético-social deve ser compreendido como uma reação contra uma versão materialista vulgar e

19. Mariátegui, "Trotsky y la oposición comunista", fevereiro de 1928, em *Obra política*. Cidade do México, Ed. Era, 1979, p. 218-19. De acordo com Pierre Naville (em uma conversa comigo em 1971), hove correspondência entre Mariátegui e a Oposição Comunista de Esquerda européia.
20. Ver, por exemplo, V. M. Miroshevski, "El 'populismo' en el Perú", em José Aricó, org., *Mariátegui y las orígenes del marxismo latinoamericano*. Cidade do México, Ed. Pasado y Presente, 1978, p. 55-70.

economicista de marxismo. Nesse sentido, o pensamento marxista de Mariátegui apresenta similaridades notáveis com o "fichteanismo" do jovem Lukács e o "bergsonianismo" do jovem Gramsci, que também são formas de revolta antipositivista (contra o marxismo "ortodoxo" da II Internacional)[21]. Essa tentativa de renovação revolucionária do marxismo, apesar dos seus excessos voluntaristas, permite a Mariátegui libertar-se do evolucionismo stalinista, com a sua versão rígida e determinista da sucessão das etapas históricas, que o Comintern do fim dos anos 20 estava começando a disseminar por toda a América Latina. É interessante observar que no próprio momento em que Stalin e Martinov – ex-dirigente menchevique convertido ao stalinismo – estavam desenvolvendo o conceito de revolução democrático-burguesa como etapa autônoma na China, Mariátegui insistia explicitamente na fusão histórica entre as tarefas socialistas e democráticas no Peru[22].

A hipótese sociopolítica decisiva de Mariátegui é a de que "no Peru, não existe, e nunca existiu, uma burguesia progressista com uma sensibilidade nacional que se declare liberal e democrática e que baseie a sua política nos postulados da sua teoria"[23]. Naturalmente, o principal comunista peruano não poderia ignorar a contradição entre essa afirmação e a orientação patrocinada pelo Comintern na China durante esse período. Ele tentou escapar dessa situação difícil invocando idéias hipotéticas sobre a "civilização nacional" para explicar por que a burguesia chinesa, ao contrário da peruana, estava participando da luta antiimperialista[24].

Foi a partir da sua análise da incapacidade histórica da burguesia nacional que Mariátegui desenvolveu sua concepção da estratégia revolucionária no preâmbulo ao programa do Partido Socialista (1928):

> A emancipação da economia do país só é possível por meio da ação das massas proletárias em solidariedade com a luta antiimperialista em todo o mundo. Apenas a ação revolucionária pode promover e, posteriormente, concretizar as tarefas da revolução democrático-burguesa, que o regime burguês é incompetente para desenvolver e realizar.[25]

21. Sobre a afinidade entre Mariátegui e Gramsci ou Lukács, ver o excelente artigo de Robert Paris, "El marxismo de Mariátegui", *ibid.*, p. 119-44. R. Paris, por exemplo, compara a fórmula "tanto pior para a realidade", que Mariátegui atribui a Lenin, com a observação de Fichte, "tanto pior para os fatos", que Lukács, em 1919, definiu como a essência da política revolucionária dos bolcheviques.
22. Mariátegui, prefácio a L. E. Valcárcel, *Tempestad en los Andes*, 1927. Lima, Ed. Universo, 1975.
23. Mariátegui, *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana* (1928), Santiago de Chile, Editorial Universitária, 1955, p. 29.
24. "Carta colectiva del grupo de Lima", em *El proletariado y su organización*. Cidade do México, Ed. Grijalbo, 1970, p. 11.
25. Mariátegui, "Principios programáticos del Partido Socialista", em *Obra política*, p. 270.

Para além das fronteiras do Peru, Mariátegui inclui toda a América Latina na sua análise. A revolução latino-americana só pode ser uma revolução socialista que inclua objetivos agrários e antiimperialistas. Em um continente dominado por impérios não há lugar para um capitalismo independente; a burguesia local chegou tarde demais à cena histórica[26].

Em certos escritos sobre o Peru, Mariátegui parece sugerir que a via socialista é facilitada, particularmente no campo, graças à sobrevivência de vestígios de um "comunismo inca". Essa idéia é um dos eixos de sua comunicação sobre a questão indígena enviada à I Conferência Comunista Latino-Americana. Podemos aqui traçar analogias, não com idéias populistas, mas com os escritos de Marx e Engels sobre o *mir* russo e o seu papel na transição da Rússia czarista para o socialismo. Sem dúvida podemos falar também de um romantismo anticapitalista em Mariátegui, de uma crítica da civilização burguesa inspirada pela nostalgia das comunidades pré-capitalistas do passado, como em Sorel – e também em Lukács e Gramsci no momento de sua adesão ao marxismo. Mas sua visão idílica do passado é limitada pela sua problemática materialista histórica, como o demonstra a seguinte passagem do programa do Partido Socialista:

> O socialismo encontra os elementos de uma solução socialista para a questão agrária tanto na existência contínua de comunidades rurais como nos grandes empreendimentos agrícolas. [...] Mas isso [...] não significa, absolutamente, uma tendência romântica e a-histórica para a reconstrução ou ressurreição do socialismo inca, que correspondia a condições históricas que foram completamente superadas e cuja única herança são os hábitos de cooperação e de socialismo entre os camponeses indígenas, que podem ser úteis no contexto de uma técnica produtiva claramente científica.[27]

Juntamente com quadros e pensadores que eram autenticamente revolucionários e internacionalistas mas também, como Mella e Mariátegui, capazes de pensamento independente, o comunismo latino-americano começou a ver o desenvolvimento de outro tipo de líder no fim da década de 1920. Esses dirigentes estavam ligados muito mais diretamente a um ponto de vista político e intelectual do aparelho do Comintern de Stalin, cujas variações seguiram com uma fidelidade exemplar. O primeiro e um dos mais talentosos desse grupo foi Vittorio Codovilla (1894-1970), secretário-geral do PC argentino. Nascido na Itália, Codovilla chegou à Argentina em 1912 e, pouco depois, filiou-se ao Partido Socialista. Em 1918, foi um dos fundadores do Partido Socialista Internacional, que logo se transformou no Partido Comunista Argentino, seção da III Internacional. Em fins de 1924, Codovilla participou de uma reunião do Comitê Executivo Ampliado da Internacional Comunista como representante do PC argentino. Foi rapidamente integrado ao aparelho do Comintern e, em 1926, participou na adoção de uma resolução do Comitê Central do PC argentino que condenava o trotskismo e solidarizava-se com a liderança do Partido Comunista da União Soviética.

Em 1929, Codovilla participou da primeira Conferência Comunista Latino-Americana em Buenos Aires. Isso foi no início do chamado Terceiro Período do Comintern (1929), caracterizado por uma estratégia política "ofensiva" e a rejeição de quaisquer acordos com a social-democracia (batizada "social-fascismo" por Stalin). Codovilla apresentou um relatório, "A situação internacional, a América Latina e o risco de guerra", em nome do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista. Esse relatório foi significativo. Ecoando fielmente, por um lado, a doutrina stalinista do "social-fascismo", Codovilla elabora o conceito de "nacional-fascismo", que aplica a vários governos latino-americanos, inclusive o do México (o PC mexicano adotou esse termo no início da década de 1930 para criticar Lázaro Cárdenas). Por outro lado, em meio de uma virada rumo à ofensiva revolucionária, enfatiza que "o caráter da revolução na América Latina é o de uma revolução democrático-burguesa". Em outras palavras, Codovilla compreende perfeitamente que a revolução por etapas deve ser o fundamento inabalável da estratégia do Comintern para a América Latina, independentemente das variações táticas para a direita ou para a esquerda[28].

Enquanto certos partidos, como o PC argentino, seguiam a orientação do Terceiro Período do Comintern em toda a sua rígida e estéril ortodoxia (a luta contra o "nacional-fascismo" etc.), outros receberam esse rumo esquerdista como um estímulo para as suas próprias inclinações revolucionárias autônomas. Esse foi o caso do Partido Comunista de El Salvador – fundado em 1930 por quadros sindicalistas e um ex-estudante, Agustín Farabundo Martí (1893-1932) – que, em 1932, organizou a primeira – e única – insurreição de massa na história da América Latina a ser liderada por um partido comunista.

A situação social em El Salvador, então sob a ditadura militar do general Martínez, é resumida perfeitamente nestas sentenças de um relatório do major americano A. R. Harris, adido militar para a América Latina, durante uma viagem a El Salvador:

> Trinta ou 40 famílias possuem quase tudo no país. Vivem num esplendor quase régio, com muitos criados. [...] O resto da população não tem prati-

26. Ver a seleção nesta antologia.
27. Mariátegui, *Obra política*, p. 270.

28. Cf. *El movimento revolucionário latinoamericano, versiones de la Primera Conferencia Comunista Latinoamericana*, junho de 1929. Buenos Aires, Correspondencia Sudamericana, p. 19-27.

camente nada. [...] Imagino que a situação de El Salvador hoje é bem parecida com a da França antes da sua revolução, da Rússia antes da sua revolução e do México antes da sua revolução. A situação está madura para o comunismo e os comunistas parecem ter descoberto isso[29].

Ao enfrentar a repressão governamental contra a propaganda do partido e a imprensa comunista, Farabundo Martí (que lutara em 1929 com os guerrilheiros de Sandino) declarou: "Quando não se pode escrever com a pena, é preciso escrever com a espada". O Partido Comunista, que liderou os primeiros sindicatos de operários e camponeses, decidiu preparar uma insurreição, baseando-se primeiramente no trabalho revolucionário nas fileiras do Exército, no qual se aguçara o conflito entre soldados camponeses (indígenas) e oficiais (brancos), filhos da oligarquia.

O governo, porém, informado dos preparativos comunistas, desencadeou uma onda de repressão preventiva, prendendo os principais líderes do PC salvadorenho – Farabundo Martí, Alfonso Luna, Mario Zapata e Miguel Mármol – e fuzilando soldados suspeitos de simpatias comunistas. Em resposta, uma insurreição camponesa inspirada e conduzida pelos comunistas irrompeu em janeiro de 1932, especialmente nas regiões das grandes plantações de café. Destacamentos vermelhos de camponeses indígenas, armados em sua maioria com machetes e alguns rifles, ocuparam vários povoados durante alguns dias e estabeleceram efêmeros "sovietes locais". Aparentemente, participaram do levante mais de 40 mil combatentes[30].

Qual era o programa político do movimento? Uma série de documentos e convocações à ação do Partido Comunista de El Salvador demonstra claramente que o objetivo era nada mais que uma revolução socialista – o poder para conselhos de operários, soldados e camponeses contra a ditadura militar, a dominação imperialista e a burguesia local.

Na verdade, a insurreição não tinha nenhuma coordenação político-militar centralizada. Como as redes vermelhas dentro do Exército já haviam sido destruídas, as insurreições locais puderam ser sufocadas uma a uma (com a ajuda da "guarda cívica" da oligarquia). O que então ocorreu passou para a história salvadorenha como *La Matanza*. Durante semanas, o Exército fuzilou, assassinou e abriu caminho a fogo por povoados camponeses, executando cerca de 20 mil homens, mulheres e crianças nas regiões vermelhas. Após um arremedo de julgamento, os dirigentes comunistas Farabundo Martí, Luna e Zapata foram

29. Citado em Thomas P. Anderson, *Matanza: El Salvador's Communist Revolt of 1932*. Lincoln, University of Nebraska Press, 1971, p. 83.
30. Ver os documentos da insurreição de 1932 nesta antologia.

executados. O único sobrevivente da liderança do partido foi Miguel Mármol, um líder operário dado como morto por um pelotão de fuzilamento.

Qual foi a relação do Comintern com esse episódio sem precedentes (e sem repetições!) na história dos partidos comunistas latino-americanos? De acordo com Mármol (em suas memórias de 1970), a Internacional não desempenhou nenhum papel; a liderança do PC salvadorenho tomou a sua decisão com independência completa[31]. A reação de representantes oficiais do movimento comunista após os eventos tendem a confirmar isso. Ao mesmo tempo que saudava "a luta heróica dos operários e camponeses de El Salvador", o órgão do Partido Comunista dos Estados Unidos criticou "as tendências sectárias golpistas e esquerdistas" do PC salvadorenho[32], e David Alfaro Siqueiros, líder do partido mexicano, assinalou que a revolta fora um erro, já que, sob quaisquer circunstâncias, os imperialistas norte-americanos teriam intervindo diretamente para impedir uma vitória vermelha[33]. A autocrítica de Mármol, 40 anos depois, situa-se em uma problemática inteiramente diferente:

> Nosso erros foram direitistas, não esquerdistas. Incluíram, por um lado, vacilação na aplicação de uma linha fundamentalmente correta, o que nos impediu de tirar vantagem de uma oportunidade adequada, da surpresa, da manutenção da iniciativa etc. Além disso, nosso erros incluíram uma grande desconsideração pelos meios materiais da insurreição: armas, transporte, medidas econômicas, comunicações etc.[34]

Portanto, podemos concluir que a rebelião de 1932 constituiu um evento inteiramente singular na história do comunismo latino-americano, por seu caráter de levante armado de massas, seu programa abertamente socialista e sua autonomia face ao Comintern. O fato de esse episódio ter sido mais ou menos "esquecido" ou desconsiderado pelo movimento comunista oficial é, evidentemente, a conseqüência dessas peculiaridades, que progressivamente contradiziam a nova orientação dos partidos comunistas. Só foi redescoberto e reabilitado pelo guevarismo na década de 1970[35]. Esta postura do comunismo oficial para

31. Roque Dalton, "Miguel Mármol: El Salvador 1930-32", *Pensamiento Critico*, La Habana, n. 48, janeiro de 1971, p. 70. De acordo com um historiador universitário da rebelião de 1932, Farabundo Martí tinha tendências trotskistas e suas relações com Moscou não eram boas. Cf. Anderson, *Matanza*, p. 68.
32. Citado por Anderson, *ibid.*, p. 83.
33. Roque Dalton, *op. cit.*, p. 72.
34. *Ibid.*, p. 69.
35. Roque Dalton era um brilhante escritor e poeta comunista salvadorenho exilado em Cuba, e a sua entrevista com Mármol foi publicada na revista cubana *Pensamiento Critico*, em 1971. Alguns anos mais tarde, de volta a El Salvador, Dalton foi assassinado, por divergências políticas, pelos dirigentes de um grupo guerrilheiro com o qual colaborava – o Exército Revolucionário do Povo (ERP), fundado por Joaquim Vilalobos (hoje convertido à social-democracia).

com a revolução de 1932 pode ser ilustrada pelo livro de Graciela A. García (do PC guatemalteco). Embora dedicada às "lutas revolucionárias na América Central", essa obra histórica publicada em 1971 menciona o levante salvadorenho apenas de passagem – em uma sentença –, como "os trágicos eventos de 1932, planejados pelo ditador Martínez para destruir o movimento sindicalista de uma vez por todas"[36].

A outra (e última) tentativa de insurreição com liderança comunista na América Latina foi a rebelião vermelha de 1935 no Brasil. Não obstante, o levante foi radicalmente diverso do de El Salvador, tanto em estilo como em substância. Em primeiro lugar, não foi realmente uma insurreição popular com base de massas, mas, essencialmente, uma rebelião militar fracassada. Em segundo lugar, o programa do movimento não era socialista, mas unicamente nacional-democrático. Em terceiro lugar, essa ação de 1935, ao contrário da de El Salvador, foi discutida, decidida e, em parte, planejada pelo Comintern.

Parece que em dezembro de 1934, em um encontro de partidos comunistas latino-americanos em Moscou, foi tomada a decisão de lançar no Brasil um movimento insurrecional liderado por uma frente antiimperialista popular. Certo número de representantes do Comintern foi enviado ao Brasil para aconselhar o Partido Comunista, entre eles "Harry Berger" (o pseudônimo do líder comunista alemão e antigo deputado Artur Ewert) e Rodolfo Ghioldi do PC argentino[37]. No VII Congresso do Comintern (julho de 1935), vários dos oradores tocaram na questão brasileira. O próprio Dimitrov falou abertamente da luta pelo poder e o delegado brasileiro deixou entendido que a insurreição estava sendo preparada[38].

O homem selecionado para liderar o movimento foi Luís Carlos Prestes (1898-1990), o lendário chefe da coluna de soldados e oficiais que percorreu, durante três anos (1925-27) o Brasil de norte a sul, de leste a oeste, conseguindo escapar a todas as tentativas das tropas governamentais de cercá-los. Exilado na Bolívia a partir de 1927, e depois na Argentina, Prestes descobriu o marxismo e, após um breve interlúdio pró-trotskista, se aproximou do PC brasileiro[39]. Em 1931, aceitou um convite do Comintern para ir à URSS, onde se tornou comunista e integrou o Secretariado Latino-Americano do Comintern. Em 1935, retornou ao Brasil, assumiu a liderança do Partido Comunista e começou a organizar o levante armado.

Antes da volta de Prestes, os comunistas e a esquerda tenentista haviam criado a ANL (Aliança Nacional Libertadora) e elegeram o "Cavaleiro da Esperança" como presidente honorário. A ANL desenvolveu-se rapidamente e obteve considerável sucesso. Os líderes oficiais eram tenentistas de esquerda (antigos membros da Coluna Prestes), mas os verdadeiros organizadores foram quadros comunistas. Em maio de 1935, havia 1.600 seções da ANL. Seu oponente direto era o Partido Integralista, variante brasileira do fascismo, com o qual se enfrentou em combates de rua, especialmente em São Paulo. O programa da ANL era relativamente moderado: reformas nacionais e democráticas compatíveis com a estratégia de uma frente popular. Foi o método de luta escolhido, a insurreição armada, que distinguiu a ANL de uma frente popular.

Em 5 de julho de 1935, Prestes, tendo retornado ao Brasil, fez um discurso memorável, no qual acusou Vargas e o governo de trair os ideais do movimento tenentista e os compromissos da Revolução de 1930, lançando o lema "Todo o poder para a ANL". Vargas, imediatamente, colocou na ilegalidade a Aliança Nacional Libertadora, e os preparativos para o levante intensificaram-se. Em novembro de 1935, finalmente eclodiu uma rebelião militar no Nordeste; vários batalhões, conduzidos por oficiais sem patente, revoltaram-se nas cidades de Natal e de Recife. Conseguiram tomar o poder em Natal e instalar um Governo Popular Revolucionário no estado. Alguns dias depois, reforços governamentais do sul sufocaram a rebelião. Isso ocorreu algumas semanas antes que outras tropas do Terceiro Regimento de Infantaria (sob o comando do capitão Agildo Barata) e a Escola de Aviação Militar se revoltassem no Rio. Outros regimentos que deviam rebelar-se não o fizeram, e o movimento foi esmagado no berço, depois de horas de feroz combate.

Aparentemente, os líderes do PC brasileiro contavam com o apoio da "burguesia progressista" (em particular, do governador do Rio de Janeiro). Na verdade, como Abguar Bastos, historiador simpatizante dos comunistas, reconheceu: "A burguesia progressista – industrial, comercial e intelectual – que se comprometera com o movimento não deu um único passo para juntar-se à revolução. [...] Após os levantes [...] toda a burguesia uniu-se a Vargas para acabar com o 'comunismo'"[40].

Na verdade, o levante fora concebido como um movimento inteiramente militar. Não houve verdadeira mobilização e entrega de armas a setores operários e camponeses (exceto por alguns lugares no Nordeste). O fracasso foi seguido por uma enorme onda de repressão, com execuções, tortura em massa e o

36. Graciela A. García, *Páginas de lucha revolucionaria em Centroamérica*. Cidade do México, Ed. Linterna, 1971, p. 101.

37. Heinz Neumann, outro líder do Partido Comunista Alemão exilado em Moscou, que estava mais ou menos "em desgraça" em 1935, também foi sondado para essa perigosa missão por causa de sua experiência como organizador na insurreição de Cantão em 1927. Por fim, não foi enviado ao Brasil, e desapareceu pouco depois na União Soviética, vítima dos Processos de Moscou. Cf. Margarete Buber-Neumann, *La Révolution mondiale*. Paris, Casterman, 1971, cap. 20.

38. Ver Hélio Silva, *1935, a revolta vermelha*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1970, p. 117, 286-7.

39. Em um artigo autobiográfico de 1973, Prestes reconheceu a influência que os trotskistas haviam tido na sua evolução e assinalou que o seu manifesto de julho de 1930 continha opiniões "tipicamente trotskistas". Cf. Prestes, "Comment je suis venu au parti", *Nouvelle Revue Internationale*, n. 174, 2/1973, p. 223. Sobre o trotskismo no Brasil nesta época, ver o excelente livro de José Castilho Marques Neto, *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*, São Paulo, Paz e Terra, 1993.

40. Abguar Bastos, *Prestes e a revolução social*. Rio de Janeiro, Ed. Calvino, 1946, p. 323.

encarceramento de dezenas de milhares de prisioneiros políticos. O próprio Prestes foi detido e aprisionado por dez anos. Sua esposa, a comunista alemã Olga Benario, foi entregue à Gestapo. Artur Ewert enlouqueceu sob a tortura da polícia brasileira.

A ação de 1935 foi o produto de um período de transição. Seu programa era de frente popular, mas seu método de insurreição correspondia mais às tendências do Terceiro Período. O caráter quase que totalmente militar (e não popular) da rebelião resultava de dois fatores: a origem tenentista de Prestes e dos líderes da ANL, acostumados a conspirações e levantes militares, e, especialmente, a natureza do próprio programa da ANL, que não implicava formas de armamento popular: como a revolução era definida como nacional-democrática, supunha-se que teria a simpatia da ala nacionalista do Exército.

Nesse sentido, a rebelião brasileira de 1935 foi, simultaneamente, o último levante militar inspirado por um partido comunista latino-americano e o primeiro passo rumo à política de aliança de classe que orientaria o movimento comunista durante a maior parte da sua história da década de 1930 em diante.

Após as mortes de Mella e Mariátegui, iniciou-se um processo de degradação do pensamento marxista na América Latina que duraria várias décadas. Uma das exceções, durante os anos 30, foi o sociólogo argentino Aníbal Ponce (1889-1938). Discípulo e colaborador do célebre pensador positivista José Ingenieros, Ponce só se tornou marxista após 1928, quando declarou, em uma conferência memorável, que os ideais da Revolução Russa eram os ideais da Revolução de Maio – a revolução "jacobina" de maio de 1810, que proclamou a independência argentina ante o poder colonial espanhol – "na sua plena significação". Simpatizante do Partido Comunista, presidiu a Conferência Latino-Americana Contra a Guerra Imperialista em Montevidéu, em 1933, mas não desempenhou nenhum papel significativo no movimento dos trabalhadores argentinos.

Aníbal Ponce foi o autor de várias obras de história e sociologia, das quais as mais conhecidas são *Educação e luta de classes* (1937) e *Humanismo burguês e humanismo proletário* (1935). Esses escritos, particularmente o segundo, revelam não apenas um conhecimento da cultura universal, mas também um domínio real do materialismo histórico. Por outro lado, as poucas obras de Ponce sobre a América Latina parecem distantes de qualquer problemática marxista. Sua biografia de Sarmiento, o grande escritor e dirigente argentino do século XIX, é bastante apologética e não analisa essa figura e o seu papel político em termos de classe[41]. Se comparamos Ponce com Mariátegui, temos de reconhecer

41. Domingo Faustino Sarmiento, autor do famoso romance *Facundo*, foi presidente da República argentina no período de 1868-74. Conforme Aníbal Ponce, "raramente um homem de Estado co-

que suas obras a respeito da América Latina são muito menos interessantes que as do autor dos *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* e possuem um caráter essencialmente pré-marxista. Essa diferença, assim como o papel político marginal de Ponce, deve-se unicamente a causas psicológicas e individuais? Parece-me que se poderia buscar uma explicação também nas diferenças entre esses dois períodos do movimento operário latino-americano, a década de 1930 sendo bem menos favorável à unidade do universal e do particular ou da teoria e da prática.

Em 1936, o processo de stalinização dos partidos comunistas, que se desenvolvera de maneira desigual e contraditória desde o final da década de 1920, estava cristalizado e completo. Com stalinismo queremos designar a criação, em cada partido, de um aparelho dirigente – hierárquico, burocrático e autoritário – intimamente ligado, do ponto de vista orgânico, político e ideológico, à liderança soviética e que seguia fielmente todas as mudanças de sua orientação internacional. O resultado desse processo foi a adoção da doutrina da revolução por etapas e do bloco de quatro classes (o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a burguesia nacional) como fundamento da sua prática política, cujo objetivo era a concretização da etapa nacional-democrática (ou antiimperialista ou antifeudal). Essa foi uma doutrina elaborada por Stalin e aplicada na China, e, mais tarde, generalizada para todos os chamados países coloniais ou semicoloniais (inclusive, é claro, a América Latina). Seu ponto de partida metodológico é uma interpretação economicista do marxismo, já encontrada em Plekhanov e nos mencheviques: em um país semifeudal e economicamente atrasado, as condições não estão "amadurecidas" para uma revolução socialista[42].

Para evitar qualquer incompreensão, ressaltemos que, de um ponto de vista subjetivo, para a maioria de militantes e líderes comunistas, esses dois fenômenos são acompanhados por uma sincera convicção de que, primeiro, a URSS era a pátria do socialismo, cuja defesa era um imperativo primordial, e, segundo, que a revolução nacional-democrática abriria o caminho para o objetivo final do movimento dos trabalhadores – o socialismo.

Regis Debray escreveu, a respeito da relação entre o comunismo latino-americano e o Comintern:

nheceu melhor as necessidades do seu povo". Ver *Sarmiento, constructor de la Nueva Argentina*. Madri, Ed. Espasa-Calpe, 1932, p. 199. Mais fundamentada me parece a opinião do escritor cubano Roberto Fernández Retamar, para quem Sarmiento foi "o ideólogo implacável da burguesia argentina que estava tentando transportar os esquemas das burguesias metropolitanas, concretamente, da burguesia norte-americana, para o seu país. [...] Foi talvez o mais importante e mais ativo dos ideólogos burgueses no nosso continente durante o século XIX". Ver Roberto Fernández Retamar, *Calibán, apuentes sobre la cultura de nuestra América*. Buenos Aires, Ed. La Pléyade, 1973, p. 98.
42. O termo "amadurecido" é expressão típica de uma concepção "naturalista" e antidialética do desenvolvimento econômico e social. Discuto esse tema em meu livro *Método dialético e teoria política*, São Paulo, Paz e Terra, 1978 (tradução de Reginaldo di Piero).

A América Latina sempre seguiu muito cedo ou muito tarde. Cada mudança na situação mundial está defasada com mudanças na situação continental ou regional. Os partidos comunistas, seguindo as diretrizes do Comintern, encontram-se na contracorrente dos eventos regionais, enfrentando as suas tarefas específicas a contrapelo.[43]

A meu ver, essa problemática não se situa apenas no âmbito latino-americano. A orientação do Comintern stalinizado também ia "contra a corrente" na Ásia e na Europa (Alemanha, 1929-33). Contudo, enquanto na Ásia (China, Vietnã), alguns partidos comunistas seguiam na prática uma orientação autônoma, sem romper com o Comintern, na América Latina (como na maioria dos países europeus), eles seguiam incondicionalmente a "linha geral" tal como definida pela liderança soviética, limitando-se a adaptá-la, muitas vezes de maneira pobre, às condições específicas dos seus países (adaptações que lhes permitem certa liberdade de manobra e explicam as diferenças, por vezes importantes, nas táticas dos partidos).

A primeira manifestação desse novo período, caracterizado pela hegemonia do "fenômeno Stalin" no marxismo latino-americano, é a frente popular.

A mudança de âmbito mundial rumo à frente popular, isto é, rumo a uma aliança antifascista de partidos comunistas, socialistas e democrático-burgueses, foi sancionada oficialmente pelo VII Congresso do Comintern em 1935. Depois disso, cada partido comunista latino-americano tentou aplicar a nova orientação, buscando aliados para uma frente popular local. Na maioria dos países do continente, na ausência de partidos social-democratas, as alianças foram feitas diretamente com forças burguesas consideradas liberais ou nacionalistas, ou, simplesmente, não-fascistas. No Peru, o PC, rejeitado pela APRA, uniu-se à Frente Democrática, que apoiava a candidatura de Manuel Prado, um representante da oligarquia liberal tradicional[44]. Na Colômbia, o PC apoiou o Partido Liberal – um apoio que assumiria um caráter progressivamente incondicional (conforme a história oficial do partido publicada em 1960). Em 1938, o PC colombiano chegou mesmo a romper com a esquerda do Partido Liberal para apoiar Eduardo Santos, o chefe da direita liberal[45]. De maneira similar, o PC mexicano rompeu com o general Mújica, líder da esquerda do Partido da Revolução Mexicana (o partido governante), em 1939, para apoiar a ala moderada, representada por Ávila Camacho[46]. Em Cuba, o PC, não conseguindo encontrar aliados social-democratas, liberais ou democratas, finalmente apoiou Fulgêncio Batista em janeiro de 1939, pela simples razão de que tinha uma linha de "colaboração eficaz entre Cuba e os Estados Unidos contra a ameaça fascista"[47].

O único país em que foi possível constituir uma frente popular com certas similaridades com o modelo europeu foi o Chile. Ali, o PC e o PS uniram-se sob a hegemonia do Partido Radical, representado por Aguirre Acerda, que foi eleito presidente em 1938[48]. Para o PC chileno, o objetivo da Frente Popular foi a concretização da etapa nacional-democrática por meio de um desenvolvimento progressivo do capitalismo chileno[49]. A posição do Partido Socialista era mais complexa. Fundado em 1933 por uma fusão de vários partidos e grupos socialistas pequenos, e fortalecido em 1937 com a adesão da Esquerda Comunista (a facção trotskista expulsa do PC), o PS chileno não era um partido social-democrata, mas uma formação política singular, que declarava adesão ao marxismo em seu programa e reivindicava uma "ditadura do proletariado" e uma "República Socialista da América Latina". Não obstante, seu principal líder na década de 1930, o comodoro Marmaduque Grove, um dos líderes de uma República Socialista efêmera, de 12 dias, estabelecida por um levante militar em 1932, era politicamente eclético, mais próximo do nacionalismo socialista do que do marxismo. O PS resistiu durante algum tempo à conclamação por uma frente popular, observando que ela transformaria os partidos dos trabalhadores em instrumentos do radicalismo democrático burguês, já que não podiam adotar um programa socialista que amedrontasse seus aliados capitalistas. Ainda assim, no seu IV Congresso, em 1937, o PS decidiu unir-se à Frente Popular, que já estava sendo criada pelo PC e pelo Partido Radical. Ao tornar-se rapidamente um partido de massa, o PS foi e continuaria a ser extremamente heterogêneo, tanto política como ideologicamente, e a unir as mais diversas correntes, do trotskismo à social-democracia clássica, em uma federação flexível e pouco integrada[50].

A Frente Popular Chilena perdurou, em uma variedade de formas, até 1947, quando foi substituída por uma aliança entre os radicais e uma ala do PS, que durou até 1952. Durante esses 14 anos, o Partido Radical aliou-se por vezes aos comunistas contra os socialistas e por vezes com os socialistas (ou uma de suas

43. Regis Debray, *La critique des armes*. Paris, Seuil, 1974, v. 1, p. 42-3.
44. Cf. Goldenberg, *Kommunismus in Lateinamerika*, p. 94.
45. Cf. *Treinta años de lucha del Partido Comunista de Colombia*, 1960. Medellín, Ed. La Pulga, 1973, p. 40, 47-48.
46. Ver carta aberta de Mújica em 14 de julho de 1939, em Adolfo Gilly, *La Revolución interrumpida*, Cidade do México, Ed. El Caballito, 1972, p. 389.

47. Blas Roca, *La unidad vencerá el fascismo*, Havana, Ed. Sociales, 1939, p. 12.
48. Na convenção da Frente Popular em 1938, o Partido Comunista desempenhou um papel decisivo na seleção de Aguirre Cerda, o líder da ala direita do Partido Radical, em detrimento do socialista Marmaduque Grove como candidato à presidência.
49. Cf. "A Program of Action for the Victory of the Chilean People's Front", *The Communist*, v. 20, n. 5, maio de 1941.
50. O Partido Socialista chileno foi muito influenciado pelo titoísmo após 1948 e, até certo ponto, pelo castrismo após 1960. Sobre a década de 1930, ver Julio César Jobet, El Partido Socialista de Chile, 3ª ed., Santiago, Prensa Latino-Americana, 1971, v. 1.

correntes) contra os comunistas. Por exemplo, em 1946, o presidente radical, Duhalde, atacou o PC com o apoio da ala direita socialista. Em 1947, o novo presidente radical, González Videla, atacou o PS com o apoio do PC (que estava participando do governo), mas, com o início da Guerra Fria em 1948, inverteu alianças e colocou na ilegalidade o PC (com o apoio da direita socialista). Em 1952, quando o PC e uma ala do PS finalmente se uniram para criar uma frente unida, o movimento dos trabalhadores estava tão desmoralizado que o seu candidato comum, Salvador Allende, obteve apenas 6% dos votos.

Podemos resumir o papel histórico da Frente Popular comparando as seguintes análises. De acordo com um historiador acadêmico norte-americano, "A vitória da Frente Popular impediu uma revolução e ensinou as massas a usar o voto em vez da espada"[51]. Um comunista chileno afirmou: "O triunfo da Frente Popular em 1938 e da Aliança Democrática em 1946 demonstrou precisamente que a classe trabalhadora e o povo chileno podiam conquistar o governo de outra maneira que não pela insurreição"[52]. Por fim, Oscar Waiss, um socialista de esquerda chileno (com um histórico trotskista) afirmou:

> A Frente Popular foi um erro político gigantesco que reabilitou um Partido Radical em decomposição e roubou a iniciativa revolucionária às massas. A Frente Popular foi um ato de mistificação social [...] que nunca tentou modificar a estrutura de propriedade de terras ou recuperar a posse de nossa riqueza fundamental.[53]

Se a frente popular na América Latina teve no início um programa antiimperialista (1935-36), esse aspecto tendeu a desaparecer à medida que se esboçava um acordo entre os EUA e a URSS contra a Alemanha nazista. Em geral, a política dos partidos comunistas para com os Estados Unidos durante as décadas de 1930 e 1940 seguiu bem de perto mudanças da política exterior soviética. O exemplo mais notável é o PC argentino, que sempre fora o mais fiel à URSS. Algumas declarações de P. González Alberdi, um conhecido líder do PC argentino, a respeito dos Estados Unidos de Franklin Delano Roosevelt ilustram essas mudanças de posições em função do alinhamento com as visões soviéticas. Em 1933, durante o Terceiro Período, ele escreveu: "Em Cuba, o formidável movimento revolucionário das massas antilhanas mostrou que Roosevelt é tão imperialista quanto Hoover" (*Informaciones*, outubro de 1933). Em 1938, quando a URSS aliou-se às potências ocidentais, Gonzalez Alberdi escreveu que

> as tentativas ítalo-nazistas de promover o antiimperialismo contra os ianques fracassaram. As nações do continente compreenderam que a colaboração estreita com Roosevelt, que não pode ser considerado um representante das forças imperialistas do norte, não diminui a autonomia de cada país nem afeta a sua dignidade individual (*Orientación*, 15 de dezembro de 1938).

Finalmente, em 1940, depois do pacto Molotov–Ribbentrop: "Em nome da luta contra o nazismo, o imperialismo ianque conspira contra as liberdades públicas das nações americanas" (*La Hora*, 14 de julho de 1940)[54].

Enquanto o pacto germano-soviético esteve em vigor, Ernesto Giudici, um líder do PC argentino, publicou um livro interessante que incluía, por um lado, um ataque radical (e justificado) contra o imperialismo anglo-americano e a sua dominação da Argentina, e, por outro lado, uma análise bastante surpreendente do fenômeno fascista:

> Devemos compreender que as aspirações das massas muitas vezes encontram-se por trás dessa ideologia fascista. E, como elas vêm do povo, pouco importa se a sua forma ideológica é fascista ou não. A retificação política necessária pode ocorrer no próprio movimento de massa – que se desenvolveu com pouca consideração pela ideologia reacionária que alguns lhe atribuem.[55]

Após junho de 1941 (e a invasão da URSS por Hitler), desenvolveu-se a análise oposta na Argentina e em outras partes do continente. No contexto da aliança antifascista entre os Estados Unidos e a URSS, qualquer propaganda contra o imperialismo norte-americano era duramente criticada e estigmatizada pelos partidos comunistas como uma manobra a serviço do fascismo[56].

Durante 1944 e 1945, desenvolveu-se na América (de norte a sul) um fenômeno conhecido como browderismo. Na euforia ocasionada pelos acordos de

51. John Reese Stevenson, *The Chilean Popular Front*. Nova York, Greenwood Press, 1942, p. 136.
52. Galo González, "X Congres du P.C. du Chili, avril 1956", em Luis Corvalán, *Chili, les communistes dans le marche au socialisme*. Paris, Ed. Sociales, 1972, p. 36.
53. Oscar Waiss, *Nacionalismo y socialismo em América Latina*, 1954. Buenos Aires, Ed. Iguazú, 1961, p. 139.
54. Paulino González Alberdi foi um dos principais líderes do PC argentino a partir da década de 1920. As citações foram tiradas de J. Abelardo Ramos, *Historia del stalinismo en la Argentina*. Buenos Aires, Ed. Del Mar Dulce, 1969, p. 176.
55. Ernesto Giudici, *Imperialismo y liberación nacional, 1940*. Buenos Aires, Ed. Crónica, 1974, p. 3-4. Ver as seleções mais extensas nesta antologia.
56. Por exemplo, ver a crítica do PC mexicano à "demagogia antiimperialista dos trotskistas" em Blas Manrique, "El aplastamiento de los reptiles trotskistas: ésa debe ser una tarea de los antifascistas", *La Voz de México*, 13 de maio de 1945.

Teerã, Earl Browder, o líder do Partido Comunista dos Estados Unidos, declarou o início de uma era de amizade e colaboração íntima entre o campo socialista e os Estados Unidos, que estava destinada a continuar mesmo depois da guerra. Browder extraiu conclusões "excessivas" dessa perspectiva histórica e converteu o Partido Comunista dos EUA em uma vaga "associação política". Essa prática foi condenada como liquidacionista pelo movimento comunista internacional em um discurso de Jacques Duclos (líder do PC francês) em abril de 1945. Os partidos comunistas latino-americanos, porém, também haviam sido varridos pelo browderismo. Por exemplo, no livro *Marchando para um mundo melhor*, publicado em 1944, Vittorio Codovilla escrevera o seguinte:

> A cooperação internacional entre os países capitalistas mais importantes e entre esses países e a URSS, com o propósito de criar um mundo melhor, mostra que os Estados Unidos e a Inglaterra concordaram quanto a uma política econômica a ser seguida na América Latina que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico, político e social de uma maneira progressiva. [...] Esse acordo devia basear-se na cooperação dessas duas grandes potências com os governos democráticos e progressistas da América Latina, para levar a cabo um programa comum que, ao mesmo tempo que cria um mercado para o seu capital que é dez ou 20 vezes maior do que no presente, contribuirá para o desenvolvimento independente desses países e lhes permitirá, em alguns anos, eliminar o atraso em que estiveram mergulhados por muitas décadas.[57]

O browderismo também teve conseqüências para os partidos comunistas no âmbito político nacional. Em Cuba, por exemplo, depois de ter participado do governo do general Batista de 1943 a 1944[58], o Partido Socialista Popular

57. Citado por Ramos, *Historia*, p. 190-91. Na mesma veia, ver uma carta de Blas Roca a Earl Browder, publicada pelo PC cubano em 1945: "Caro amigo, seu livro é um documento de valor inestimável para o povo latino-americano. [...] Até agora, sustentamos que é apenas por meio da nacionalização de todo investimento e propriedade estrangeiros, em violenta oposição aos interesses ingleses e norte-americanos, que poderíamos atingir o nível mais alto de desenvolvimento econômico. [...] A colaboração que os Estados Unidos, a Inglaterra e a URSS estabeleceram em Teerã abriu outra perspectiva. Ela nos abriu a perspectiva de obter esses resultados progressistas por meio da colaboração em um programa comum que você nos sugere [...] a colaboração com a Inglaterra e os Estados Unidos é um plano total para resolver harmoniosamente os nossos problemas econômicos mais agudos e urgentes" (Blas Roca, *Estados Unidos, Teherán y la América Latina, una carta a Earl Browder*. Havana, Ed. Sociales, 1945).

58. Quando Batista renunciou em 1944, o PC cubano enviou-lhe uma carta declarando: "Desde 1940, nosso partido foi o defensor mais leal e coerente das suas medidas governamentais e o promotor mais enérgico da sua plataforma, inspirada pela democracia, justiça social e defesa da prosperidade nacional". Blas Rocas, *Los socialistas y la realidad popular*. Havana, Ed. Del PSP, 1944.

(o novo nome do PC cubano) publicou um panfleto em 1945 intitulado "Colaboração entre patrões e trabalhadores", para comemorar um importante encontro em Havana entre a associação dos empregadores industriais e os líderes (comunistas) da Confederação dos Trabalhadores Cubanos[59]. No México, a principal confederação sindical (a CTN) e a principal associação patronal assinaram um acordo de unidade nacional em 1945, e *A voz do México*, o órgão do PC mexicano, celebrou o evento com uma manchete garrafal: "Pacto histórico trabalhadores-patrões: Base sólida para o desenvolvimento e o progresso do país". É interessante observar que um dos pontos desse acordo declarava solenemente "rejeitar a teoria da auto-suficiência econômica e atuar sobre a base da teoria da interdependência econômica e da cooperação financeira e técnica com outros países do continente para o nosso benefício comum, como parte de um programa internacional que considere as necessidades dos outros povos do mundo". Conforme *A voz do México*, o acordo era "adequado", impecavelmente formulado" e "patriótico" e refletia as novas condições no México e no mundo, que "exigem uma aliança dos trabalhadores e dos capitalistas"[60].

O artigo Duclos de 1945 e a remoção de Earl Browder da liderança do PC dos EUA inauguraram um período de autocrítica e retificação, que levou ao abandono da perspectiva de convergência "harmoniosa" com os Estados Unidos e das medidas organizacionais que eram consideradas liquidacionistas. Contudo, esse novo período, que poderia ser chamado pós-browderismo, foi caracterizado pela continuação de uma orientação de "unidade nacional". No México, por exemplo, em novembro de 1945 (bem depois da carta de Duclos), o jornal do PC mexicano desenvolveu o seguinte argumento: "O objetivo do desenvolvimento do capitalismo no México é um objetivo revolucionário, já que significa o desenvolvimento de uma economia nacional, a remoção das garras da águia que mantêm o país como uma semicolônia, a eliminação de vestígios semicoloniais, a concretização da reforma agrária e o desenvolvimento democrático e geral do país, graças a uma revolução agrária antiimperialista".

De acordo com esse artigo, as medidas propostas pelo PC mexicano "são, como a reforma agrária, medidas burguesas que permitirão o desenvolvimento do capitalismo no México, a industrialização do país e a sua liberação da intervenção imperialista"[61]. O historiador soviético Anatol Shulgovsky, autor de uma obra sobre a história do México moderno, escreveu sobre esse período que a

59. Blas Rocas e Lázaro Peña. *La colaboración entre obreros y patrones*. Havana, Ed. Sociales, 1945. Ver p. 21, onde Blas Rocas explica que "estamos no processo de proclamar uma forma de colaboração de classes".

60. *La Voz de México*, 12 de abril de 1945, p. 1 e 7.

61. Carlos Sánchez Cárdenas, "La revolución mexicana y el desarrollo capitalista de México", *La Voz de México*, 20 de novembro de 1945, p. 1.

ideologia "marxista" do movimento dos trabalhadores mexicanos poderia ser comparada ao "marxismo legal" da Rússia czarista (P. Struve e outros), cujo tema central era que a classe trabalhadora devia apoiar o desenvolvimento industrial como uma precondição para a futura luta social. Não obstante, Shulgovsky apenas refere-se explicitamente à orientação dos "marxistas" em torno da liderança da CTM (Lombardo Toledano) e não menciona que o partido comunista tinha uma proposta bastante similar[62].

Um dos episódios mais famosos do pós-browderismo foi a postura em relação ao peronismo adotada pelo PC argentino. Profundamente convencidos de que Perón e seus adeptos eram fascistas, os comunistas argentinos participaram da formação da União Democrática, uma ampla coalizão anti-Perón, cujas forças, segundo Vittorio Codovilla (em seu relatório à Conferência Nacional do PC em dezembro de 1945), incluíam:

1. Todos os partidos tradicionais.
2. A parte mais consciente e combativa do movimento operário e camponês.
3. A maioria da juventude operária e camponesa e a imensa maioria da juventude universitária, professores, profissionais e as classes médias.
4. A maioria dos industriais, comerciantes, fazendeiros, criadores de gado e financistas.
5. A maioria do exército e da marinha e uma seção da polícia uniformizada.

Apesar disso, a União Democrática ainda possui um caráter excessivamente limitado, já que alguns setores progressistas do Partido Conservador não participam[63].

Sua participação nessa aliança, que também foi apoiada por Spruille Braden, embaixador dos Estados Unidos na Argentina – que não confiava no nacionalismo demagógico de Perón –, teve conseqüências de longo prazo para o PC. Ocorreu uma nítida divisão entre a maioria da classe trabalhadora argentina, que apoiava o peronismo, e os comunistas, que foram acusados por Perón de colaborar com os militares e com a porção mais conservadora dos proprietários de terra ("a oligarquia").

Desenvolveu-se uma situação similar em outros países do continente, especialmente na Bolívia, onde o Partido da Esquerda Revolucionária (PIR, pró-soviético) uniu-se aos partidos tradicionais da oligarquia em 1946 para derrubar o governo do Movimento Nacional Revolucionário (MNR, populista), que considerava pró-fascista. A exceção mais notável foi o Brasil, onde o PC apoiou Getúlio Vargas em 1945 – entre outras razões porque ele participara da Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, ao contrário de Perón e Villaroel, o presidente boliviano apoiado pelo MNR[64].

Embora a corrente stalinista fosse nitidamente hegemônica no seio da esquerda marxista, durante este período não deixaram de existir tendências críticas, se reclamando de um outro tipo de comunismo. É o caso, em particular, da corrente inspirada pelas idéias de Leon Trotski.

A oposição de esquerda comunista e o trotskismo surgiram na América Latina no início da década de 1930. No Brasil, um brilhante grupo de intelectuais – Mario Pedrosa, Livio Xavier, Rodolpho Coutinho – funda a primeira organização trotskista na América Latina, o Grupo Comunista Lenine, que se transformaria pouco depois (1931) em Liga Comunista (Oposição), com a participação do poeta surrealista francês Benjamin Péret, que se encontrava nessa época no Brasil (e, mais tarde, da escritora Rachel de Queiroz). Em outubro de 1934 se constitui, por iniciativa dos trotskistas (Fúlvio Abramo, Mario Pedrosa, Livio Xavier) uma coalizão antifascista em São Paulo, na qual participam os comunistas do PCB – sob a direção de Hermínio Sachetta, que terminaria, alguns anos depois, por aderir à IV Internacional –, socialistas e sindicalistas, e que vai dispersar, pela força, uma grande manifestação integralista liderada por Plínio Salgado.

Em 1933, a Oposição de Esquerda Chilena, afiliada à Oposição de Esquerda Internacional (dirigida por Trotski), foi fundada por uma fração importante do PC chileno, dirigida por Manuel Hidalgo, Humberto Mendoza e Oscar Waiss, que abandonara o partido em 1931. Contudo, a maioria dos membros desse grupo uniu-se ao Partido Socialista em 1937, e o trotskismo tornou-se, então, uma das difusas tendências ideológicas do socialismo chileno. Foi, sobretudo, na Bolívia que a oposição trotskista realmente conseguiu implantar-se na classe operária. Fundado por J. Aguirre Gainsborg e Tristán Marof, o Partido Operário Revolucionário (POR), seção boliviana da IV Internacional, exerceu uma influência significativa no movimento operário depois da Segunda Guerra Mundial. Em 1946 um congresso da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), que se reuniu na cidade de Pulacayo, aprovou um conjunto de teses de inspiração nitidamente trotskista – redigidas por Guillermo Lora, um dos

62. Anatol Shulgovsky, *México en la encrucijada de sua historia*. Cidade do México, Ed. Fondo de Cultura Popular, 1969, p. 494.
63. Citado pelo jornal do PC mexicano, *La Voz de México*, 13 de janeiro de 1946.

64. Não obstante, o PCB também teve uma orientação de "unidade nacional" pós-browderista. Por exemplo, em um livro publicado em 1945, Luís Carlos Prestes escreveu: "Por intermédio de suas organizações sindicais a classe operária pode ajudar o governo e os patrões a encontrar soluções práticas, rápidas e eficazes para os graves problemas econômicos de hoje" (Prestes, *União Nacional para a Democracia e o Progresso*, Rio de Janeiro, Ed. Horizonte, 1945, p. 25). Sobre esse tema ver o notável ensaio de F. Weffort, "Origens do sindicato populista no Brasil", *Estudos CEBRAP*, n. 4, abril-junho de 1973.

dirigentes do POR –, cujo eixo central era a estratégia de transformação da revolução democrático-burguesa em uma revolução socialista num processo ininterrupto, sob liderança proletária.

Essa concepção, a perspectiva de uma revolução "permanente" que combina tarefas democráticas, agrárias, nacionais e anticapitalistas, e a rejeição de uma aliança estratégica com a burguesia local, considerada incapaz de desempenhar um papel revolucionário significativo, diferenciavam radicalmente o trotskismo do comunismo pró-soviético, além, é claro, da sua independência em relação à URSS e sua crítica ao autoritaristo burocrático.

Por causa da sua visão de estratégia revolucionária, a corrente latino-americana inspirada pelas idéias de Trotski se considerava continuadora das idéias do comunismo latino-americano da década de 1920, especialmente das idéias de Mariátegui, a cuja herança política os trotskistas recorriam freqüentemente[65].

Denunciados como "provocadores" e "agentes do fascismo" pelos partidos comunistas, empurrados por eles para as margens do movimento operário, e internamente divididos por lutas fratricidas, os trotskistas de muitos países ficaram reduzidos a seitas compostas essencialmente de intelectuais. Antes da Revolução Cubana, o trotskismo conseguiu implantar-se na classe operária e nos sindicatos, sobretudo na Bolívia e, em menor grau, na Argentina e no Chile, onde desempenharam papel político real. Foi esse o caso, em particular, para os militantes do POR, que tiveram uma participação decisiva na criação da Confederação Operária Boliviana (COB) durante a revolução boliviana de 1952-53. O primeiro programa da COB, publicado no final de 1952 e de inspiração nitidamente trotskista – provavelmente escrito por Hugo González Moscoso, um líder do POR –, assinala: "O proletariado realizará as tarefas que são historicamente da burguesia"[66]. O POR também inspirou ocupações de terras por camponeses em 1952-53, que forçaram o governo do MNR a decretar uma reforma agrária[67].

Entre 1948 e 1954, a chamada Guerra Fria irrompeu em escala internacional, tendo início com uma ofensiva imperialista generalizada contra a URSS, seguida por um endurecimento desta e do movimento comunista internacional. Após 1948, muitos partidos comunistas foram colocados na ilegalidade (por exemplo, no Brasil e no Chile) e a polícia reprimiu brutalmente sindicalistas comunistas – é o caso do assassinato de Jesús Menéndez, líder dos canavieiros cubanos. Governos eleitos com votos comunistas, ou apoiados por eles, em

65. Ver, por exemplo, E. Espinoza, "Aniversario de la muerte de Mariátegui", *Clave tribuna marxista*. Cidade do México, n. 8-9, abril-maio de 1940.
66. Liborio Justo, *Bolivia, la revolución derrotada*. Bolívia, Ed. Cochabamba, 1967, p. 156.
67. Sobre o papel do POR no campo, cf. R. W. Patch, "Bolivia", em *Social Change in Latin America Today*. Nova York, Council on Foreign Relations, 1960, p. 121.

1945-46, tais como os de Grau San Martín em Cuba, González Videla no Chile e Miguel Alemán no México, inspiraram-se na cena política americana e deram início à "caça às bruxas" e à repressão anticomunista.

Em resposta – e seguindo a nova orientação da URSS –, os PCs latino-americanos renovaram suas credenciais antiimperialistas e, até certo ponto, reiniciaram a luta de classe contra as burguesias. Durante o período da Guerra Fria tem lugar uma nova virada "esquerdista" do comunismo pró-soviético na América Latina. Ao contrário de 1929-35, porém, nenhuma ação revolucionária de massa foi liderada pelos partidos comunistas e, mais importante, essa nova mudança não ameaçou em nada o fundamento essencial de sua estratégia para o continente: a interpretação stalinista do marxismo, a teoria da revolução por etapas e do bloco das quatro classes para a realização da revolução nacional-democrática.

Os eventos mais característicos desse período ocorreram, sem dúvida, na Guatemala, de 1951 a 1954, quando o Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT, comunista) tornou-se uma das principais forças políticas do país durante a presidência de Jacobo Arbenz. Hegemônico nos sindicatos de operários e camponeses, o PGT defendia uma estratégia de revolução nacional-democrática, em aliança com os setores da burguesia e das Forças Armadas. Os estatutos do partido, aprovados no seu II Congresso, formulavam claramente: "O PGT não propõe lutar imediatamente pelo estabelecimento do socialismo na Guatemala. Ele orienta a sua luta imediata contra o atraso feudal e a opressão imperialista que atingem o nosso país"[68].

Os eventos que se seguiram são bem conhecidos. Depois que o governo Arbenz desapropriou certo número de propriedades da United Fruit Company, um exército de mercenários treinado pelos Estados Unidos invadiu a Guatemala em junho de 1954. As Forças Armadas do governo defenderam-se com pouca convicção e o estado-maior finalmente abandonou Jacobo Arbenz e bandeou-se para o coronel Castillo Armas, líder das forças invasoras, graças à mediação de John Peurifoy, embaixador americano na Guatemala. A não ser por algumas ações localizadas excepcionais, o movimento operário e camponês – assim como o PGT –, desarmado, foi incapaz de resistir[69]. A vitória de Castillo Armas abriu o

68. Em Jaime Díaz Rizzoto, *La Révolution au Guatemala, 1944-54*. Paris, Ed. Sociales, 1971, p. 261. O relatório do secretário-geral José Manuel Fortuny ao II Congresso é ainda mais explícito: "Nós, comunistas, reconhecemos que, por causa destas condições especiais, o desenvolvimento da Guatemala deve seguir o caminho capitalista por algum tempo" (J. M. Fortuny, *Relatorio sobre la actividad del Comité Central al Segundo Congreso del Partido*, Cidade da Guatemala, 11 de dezembro de 1952).
69. Sabe-se que Che Guevara estava na Guatemala nesse momento e que tentou, em vão, lutar contra a invasão pró-americana. Conforme sua primeira mulher, Hilda Gadea: "Ernesto contou-me que propôs insistentemente à Aliança da Juventude [Comunista] ir para o *front* e lutar, e que muitos jovens, inspirados por ele, estavam prontos para partir. Uma ou duas vezes, ele apresentou a mesma proposta ao PGT, mas seus pedidos não foram levados em conta, com a resposta de que o Exército tinha tomado as medidas necessárias e o povo não devia se preocupar" (Hilda

caminho para uma repressão sangrenta e em larga escala, verdadeiro terror branco, enquanto a United Fruit Company retomava as terras desapropriadas.

Como foi possível tal derrota? Em 1955, o PGT publicou um balanço autocrítico que reconhecia que o partido "não seguiu uma linha suficientemente independente em relação à burguesia nacional democrática". Em particular, "o PGT contribuiu para semear ilusões no Exército e não desmascarou as verdadeiras posições e a atividade contra-revolucionária do alto comando do Exército"[70]. Entretanto, essa autocrítica não questiona o fundamento estratégico da orientação do PGT e sua concepção das etapas do desenvolvimento histórico, mas apenas os erros táticos cometidos na aplicação concreta dessa estratégia. Assim, o PGT, em 1955, reafirma a necessidade de formar um bloco com a burguesia nacional para uma revolução democrática e patriótica[71].

Na maioria dos países do continente, os anos 1948-53 viram os comunistas enfrentando a repressão assassina da polícia e dos militares e reagindo com coragem e tenacidade. Também é inegável que ocorreu uma radicalização real em certos países durante a Guerra Fria: por exemplo, os comunistas viram-se à frente de grandes movimentos grevistas (Brasil, 1953-54) ou participaram de ações guerrilheiras de camponeses (Colômbia, 1949-55). Mas, para muitos partidos comunistas do continente, o "endurecimento" político não significou necessariamente qualquer atividade revolucionária concreta. O exemplo cubano é bastante significativo nesse aspecto.

Depois do golpe militar de Batista (1952), o PSP denunciou energicamente o caráter reacionário e pró-americano do golpe, mas o partido manteve seu estatuto legal e o seu diário, *Hoy*, continuou a sair, fato que possivelmente influenciou a sua política[72]. O PSP não conduziu ações violentas contra o regime de Batista e denunciou o ataque contra Moncada, de 26 de julho de 1953, como "uma tentativa golpista, uma forma desesperada de aventureirismo, típico dos círculos pequenos burgueses, sem princípios e envolvidos em gangsterismo"[73]. Isso não impediu que Batista, a partir desse acontecimento, desencadeasse uma onda brutal de repressão anticomunista e colocasse na ilegalidade o PSP.

A preocupação do PSP, de não ser tomado por "aventureiro", se manifesta novamente na revista do partido, *Fundamentos*, de junho de 1957 (seis meses após o desembarque em Cuba dos combatentes do Movimento 26 de Julho, sob

Gadea, *Che Guevara, años decisivos*. Cidade do México, Ed. Aguilar, 1972, p. 65). Sobre a polêmica entre Che e Fortuny, ambos exilados no México em 1955, ver p. 117 do mesmo livro.
70. *La intervención norteamericana en Guatemala y el derrocamiento del régimen democrático*. Ed. Comisión Política del PGT, 1955, p. 31-32.
71. *Ibid.*, p. 42.
72. Cf. J. Arnault, *Cuba et le marxisme*. Paris, Ed. Sociales, 1963, p. 48.
73. "Carta a los militantes", Comitê Executivo do PSP, 30 de agosto de 1953. Citado por K. S. Karol, *Guerrillas in Power*. Nova York, Hill and Wang, 1970, p. 139.

a liderança de Fidel Castro): "É importante reafirmar [...] que hoje, assim como ontem, rejeitamos e condenamos, e continuaremos a rejeitar e a condenar, métodos terroristas e golpistas como ineficazes, prejudiciais e contrários aos interesses do povo"[74]. A orientação proposta pelo partido nessa ocasião foi "a de uma mudança" pelo caminho pacífico, "sem violência nem sofrimento", em função da qual o PSP estava "pronto, hoje, como ontem, e sempre, a fazer qualquer sacrifício e qualquer concessão honrosa, baseado, é claro, nos interesses supremos da classe trabalhadora, do povo e da pátria"[75]. O objetivo dessa mudança era a deposição de Batista e a realização da revolução democrática e de libertação nacional, por meio de uma aliança entre o PSP e a burguesia progressista[76]

Durante o ano de 1958, o PSP finalmente integrou-se à luta do Movimento 26 de Julho contra a ditadura. Vários militantes e alguns líderes do partido – especialmente Carlos Rafael Rodríguez – foram para as montanhas participar da luta armada, contribuindo honrosamente para o triunfo da guerrilha em janeiro de 1959. O PSP, porém, continuou a ser uma influência moderadora no movimento revolucionário cubano, defendendo a tese de que este deveria permanecer nos limites da etapa nacional-democrática. Assim, Blas Roca, secretário-geral do PSP, em seu relatório à VIII Assembléia Nacional do partido em agosto de 1960, enfatizou:

> A revolução cubana [...] é uma revolução que, pelas tarefas históricas que enfrenta e realiza, pode ser corretamente qualificada como uma revolução agrária, uma revolução de libertação nacional, uma revolução patriótica e democrática. [...] A burguesia nacional, que se beneficia da revolução e que recentemente obteve grandes benefícios por causa do crescente poder de compra do povo e do maior número de consumidores, apóia a revolução, mas assusta-se freqüentemente com suas medidas radicais e com as ameaças, a intimidação e os ataques do imperialismo norte-americano. [...] Dentro de limites a serem estabelecidos, é necessário garantir os lucros da empresa privada, o seu funcionamento e desenvolvimento normais. É necessário estimular o zelo e aumentar a produtividade entre os trabalhadores dessas empresas.[77]

Podemos, portanto, concluir que o PSP esteve praticamente ausente tanto na preparação e na deflagração da luta armada contra Batista (1953-57) como

74. *Fundamentos*, n. 149, dezembro de 1956-junho de 1957, p. 9.
75. *Ibid.*, p. 8.
76. *Ibid.*, p. 3-6.
77. Blas Roca, *Balance de la labor del partido desde la última asamblea nacional y el desarrollo de la revolución*. Havana, 1960, p. 42, 80, 87.

na transição da Revolução Cubana para o socialismo (agosto-outubro de 1960). Isso não foi resultado das limitações específicas do PSP, mas conseqüência da orientação política fundamental do movimento comunista "oficial" do continente. Nesse sentido, a política do PSP de 1953 a 1960 ilustra a dificuldade, para os partidos comunistas, de desempenhar um papel revolucionário real, a despeito da abnegação dos seus membros.

A morte de Stalin (1953) e o XX Congresso do PCUS (1956) inaugurou uma nova época do comunismo latino-americano "pró-soviético". A dissolução do Cominform (1956) não significou a abolição dos vínculos políticos e ideológicos entre os partidos comunistas e a liderança soviética. A orientação da URSS favorável à coexistência pacífica institucionalizada e sua virada rumo à moderação após o fim da Guerra Fria foram traduzidas pelos partidos comunistas latino-americanos como uma linha política de apoio a governos capitalistas considerados progressistas e/ou democráticos, como o de Juscelino Kubitschek, no Brasil, e o de Frondizi, na Argentina. O fundamento teórico para essa linha foi resumida em uma declaração de maio de 1958 do PC brasileiro, segundo o qual a contradição entre o proletariado e a burguesia

> não exige uma solução radical na presente etapa. Nas presentes condições do país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. [...] O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano.[78]

A hegemonia do stalinismo no pensamento de esquerda latino-americano, da década de 1930 até a Revolução Cubana, não significa que não existiram contribuições científicas importantes ao pensamento marxista nesse período. Em vários países, dentro e fora dos partidos comunistas, pesquisadores comunistas questionaram as interpretações esquemáticas prevalentes sobre a natureza das formações socioeconômicas do continente, particularmente a tendência a impor o modelo feudal europeu na análise das estruturas agrárias da América Latina.

O trabalho pioneiro de Caio Pardo Jr., *História econômica do Brasil* (1945) rejeita este tipo de enfoque e propõe a seguinte análise:

> No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial [...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em

78. *Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Comitê Central do PCB, março de 1958, p. 15, 18.

> proveito do comércio europeu. [...] Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira.[79]

Pouco depois, Sergio Bagú, em *A economia da sociedade colonial*, publicado em 1949, sugere uma hipótese análoga, utilizando explicitamente o conceito de capitalismo colonial:

> A estrutura econômica que nasce na América do período que estudamos foi mais de um tipo capitalista colonial que feudal. [...] A metrópole cria a América Ibérica para integrá-la ao ciclo do capitalismo nascente, não para prolongar o ciclo feudal agonizante.[80]

De maneira similar, no Chile, o historiador Marcelo Segall criticava os partidários do feudalismo latino-americano e insistia na importância da mineração, uma indústria tipicamente capitalista, no sistema colonial[81]. Podemos também mencionar a importante obra de certos autores trotskistas argentinos durante esse período, especialmente Nahuel Moreno e Milcíades Peña (embora o trabalho de Peña fosse publicado apenas posteriormente) sobre o aspecto capitalista da colonização espanhola e portuguesa e a sua combinação com relações sociais pré-capitalistas[82]. Nahuel Moreno insiste na articulação de diferentes estruturas produtivas:

> Se é verdade que os propósitos da colonização capitalista eram capitalistas e não feudais, os colonizadores não estabeleceram um sistema capitalista de produção porque não havia nenhum exército de mão-de-obra livre no mercado da América. Assim, os colonizadores, para explorar a América de uma maneira capitalista, foram obrigados a recorrer a relações produtivas não-capitalistas: a escravidão ou semi-escravidão da população indígena.

79. Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1957, p. 22-23.
80. Sergio Bagú, *Economía de la sociedad colonial: ensayo de la historia comparada de América Latina*. Buenos Aires, Ed. El Ateneo, 1949, p. 39, 68. Devemos também mencionar os primeiros trabalhos de Silvio Zavala, *La encomienda indigena*. Madrid, 1935, e José Miranda, *La función economica de la encomienda en las origenes del régimen colonial*. Cidade do México, 1947, sobre o regime espanhol de *encomienda*, mas eles permaneceram a meio caminho entre a concepção tradicional de feudalismo e a nova tese introduzida por Caio Prado Jr. e Sérgio Bagú.
81. Marcelo Segall, *Desarrollo del capitalismo en Chile*. Santiago, 1953.
82. Cf. Nahuel Moreno, "Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa", *Estrategia*, Buenos Aires, n. 1, setembro de 1957, e Milcíades Peña, "Claves para entender la colonización española en la Argentina", *Fichas*, n. 10, 1966. Ver também George Novack, *Understanding History*. Nova York, Pathfinder Press, 1980, cap. 6, "Hybrid Formations".

Enquanto isso, os historiadores "oficiais" do movimento comunista continuaram a defender a teoria tradicional contra ventos e marés. Por exemplo, Hernán Ramírez Necochea, historiador do PC chileno, insistiu na tese de que a economia colonial chilena

> possuía principalmente elementos diversos de um tipo estritamente feudal. [...] Tinha características *adquiridas pelo feudalismo europeu no fim da Idade Média*. [...] A produção e mesmo a mineração não eram atividades independentes, e as relações feudais de produção também predominaram lá[83].

Para os historiadores trotskistas, esse debate estava diretamente ligado à sua crítica da doutrina da etapa "antifeudal" da revolução latino-americana. Para outros autores, militantes ou simpatizantes dos partidos comunistas, o problema foi que suas descobertas históricas não foram levadas em consideração pelas lideranças dos seus partidos, na medida em que punham em questão, de forma implícita ou explícita, sua estratégia política. Em uma obra publicada em 1966, Caio Prado Jr. reclamava da impossibilidade de serem reconhecidos dentro de seu partido os resultados de sua pesquisa "herética":

> Não foi possível assim sobrepor a convicções tão profundamente implantadas o testemunho de fatos, por mais convicentes que fossem [...] pois os próprios fatos precisariam ser considerados unicamente através das lentes deformadoras daquelas falsas concepções. [...] Continuou-se e ainda se continua a falar, respeitando o velho esquema original traçado na base da experiência européia, e sem maior indagação erigido em lei geral [...] de todas e quaisquer sociedades humanas, continuou-se a falar no Brasil daquela revolução democrático-burguesa destinada a eliminar os "restos feudais" supostamente presentes em nosso país.[84]

Incidentalmente, esse testemunho mostra que não era a ignorância científica que estava na origem dos erros políticos, mas o inverso.

Ao contrário dos desenvolvimentos na história econômica, houve poucos trabalhos de sociologia marxista nesse período, isto é, que fossem voltados para questões do presente. Uma das raras exceções foi a obra de Silvio Frondizi (1907-74), um militante revolucionário e professor de sociologia, história e direito na Universidade de La Plata, cujos escritos filosóficos, socioeconômicos e políticos revelam um profundo conhecimento da cultura européia e dos clássi-

83. Hernán Ramírez Necochea, *Antecedentes económicos de la independencia de Chile*. Santiago, Ed. Universitaria, 1967, p. 50. (O grifo é do editor da obra orginal – N.O.)
84. Caio Prado Jr., *A revolução brasileira* (1966). São Paulo, Ed. Brasiliense, 4ª ed., 1972, p. 28.

cos marxistas, assim como uma compreensão concreta da realidade latino-americana. O caráter mais diretamente engajado e político de seus escritos sobre a América Latina distingue a sua obra da dos historiadores econômicos. Em *A realidade argentina: um ensaio de interpretação sociológica*, Silvio Frondizi, auxiliado por uma equipe de jovens colaboradores que incluía Milcíades Peña, Marcos Kaplan, Ricardo Napuri e Marcelo Torrens, desenvolveu uma análise econômica, social e política da formação social argentina, tal como existiu após 1943; seu eixo central é uma tentativa de compreender o fenômeno peronista. Ao criticar a identificação do partido comunista entre peronismo e nazismo (em 1945), Frondizi analisa a natureza bonapartista do regime de Perón, seu papel como pseudo-árbitro acima das classes sociais e a sua capacidade de neutralizar o movimento operário por meio do "controle estatal". Também assinala que a derrota da experiência peronista não foi acidental, mas o resultado da incapacidade orgânica da burguesia argentina (como a dos outros países "semicoloniais" em geral) de realizar uma revolução democrática real. Esta tarefa histórica só pode ser realizada sob a liderança do proletariado, mas, nesse caso, "não se trata de concretizar a revolução democrático-burguesa como uma etapa contida em si, mas de concretizar as tarefas democrático-burguesas na marcha da revolução socialista"[85].

A audácia dessas idéias teóricas e políticas manteve Silvio Frondizi relativamente isolado durante a década de 1950, com pouca influência sobre o movimento operário organizado. Seu papel tornou-se mais importante nas décadas de 1960 e 1970, quando estabeleceu relações com as organizações revolucionárias armadas. Foi assassinado pela Aliança Anticomunista Argentina em 1974.

A Revolução Cubana obviamente constituiu uma mudança capital na história do marxismo latino-americano e na história da própria América Latina[86].

Após a destruição do Estado ditatorial de Batista e de seu aparelho repressor pelos guerrilheiros, conduzidos pelo jovem advogado Fidel Castro (nascido em 1927), a revolução democrática cubana experimentou um processo de "transição" rumo ao socialismo, rompendo com o capitalismo em 1960-61. As medidas democráticas nacionalistas de 1959-60 – reforma agrária radical, desapropriação das refinarias de petróleo imperialistas etc. – logo encontraram a oposição e a crescente hostilidade não apenas do capital estrangeiro e da oligarquia financeira, mas da totalidade das classes dominantes da ilha. Em agosto de 1960, o regime de Castro desapropriou os principais setores do capital norte-america-

85. Silvio Frondizi, *La realidad argentina, ensayo de interpretación sociológica*, v. 2, *La revolución socialista*, Buenos Aires, Ed. Praxis, 1956, p. 234.
86. Como a Revolução Cubana e os eventos na América Latina após 1959 são muito mais conhecidos do que os perídos anteriores, limitamo-nos aqui a situar esse período no contexto histórico da evolução do marxismo no continente.

no em Cuba (telefonia, eletricidade, usinas de açúcar). Em seguida, enfrentando a sabotagem econômica e a suspensão da produção pela burguesia cubana, os revolucionários do Movimento 26 de Julho nacionalizaram fábricas abandonadas. Finalmente, seguiram-se a desapropriação de toda a grande burguesia e a abolição *de facto* do capitalismo em Cuba em outubro de 1960, assim como a criação de milícias de operários e camponeses, e a fundação de um novo Estado. A proclamação da natureza socialista da revolução por Fidel em maio de 1961 (após a derrota da invasão contra-revolucionária na Playa Girón) foi apenas a sanção explícita e oficial de uma realidade existente.

A conclusão à qual os líderes e militantes esquerdistas da Movimento 26 de Julho chegaram é resumida por Fidel em dezembro de 1961:

> Tivemos de fazer uma revolução antiimperialista e socialista. Mas estas duas são uma só e a mesma, porque existe apenas uma revolução. Essa é a grande verdade dialética da humanidade: o imperialismo só tem diante de si o socialismo[87].

Alguns dos revolucionários cubanos tinham essa perspectiva desde o início de 1959, especialmente Guevara, que, desde abril de 1959, proclamara-se partidário do "desenvolvimento ininterrupto da revolução" até a destruição do sistema social existente e dos seus fundamentos econômicos[88]. Para a maioria dos outros, a prática precedeu a teoria, e a sua descoberta do caminho marxista e socialista ocorreu no decorrer do próprio processo revolucionário: "É graças à revolução que conseguiremos um grande fundo de experiência. A revolução está nos revolucionando interiormente"[89].

O fato excepcional da Revolução Cubana é que toda uma equipe política de origem pequeno-burguesa, inspirada por uma ideologia jacobina e pelas idéias de José Martí, passou para o campo do proletariado e tornou-se marxista em uma "metamorfose ideológica" coletiva verdadeiramente sem precedentes. Foi a determinação de realizar plena e incondicionalmente as transformações democráticas radicais que levaram Fidel e a esquerda do Movimento 26 de Julho a descobrir na revolução socialista o único caminho capaz de realizar essas tarefas históricas. Livre dos esquemas etapistas paralisantes do PSP, a liderança castrista não teve medo de tomar medidas anticapitalistas. Portanto, não foi por

87. Ver a seleção nesta antologia.
88. Ernesto Guevara, "A New Old Che Guevara Interview", 1959, em R. Bonachea e N. Valdes, orgs., *Che: Selected Works of Ernesto Guevara*. Cambridge, MIT Press, 1969, p. 372.
89. Fidel Castro, "Discours de la séance inaugurale du 9e cycle de l'Université populaire", 2 de dezembro de 1961, em *Trois discours sur la formation du Parti uni de la révolution socialiste cubaine*. Paris, Embaixada de Cuba na França, 1962, p. 55.

acaso que a primeira revolução socialista da América foi feita sob a liderança de revolucionários alheios ao molde ideológico do comunismo stalinista, com a sua concepção evolucionista do processo histórico e a sua interpretação economicista do marxismo[90]. A posterior aproximação da direção cubana com o "socialismo real" de tipo soviético – sobretudo a partir da invasão da Tchecoslováquia em 1968 – não invalida esse fato histórico fundamental.

A Revolução Cubana subverteu claramente a problemática tradicional da corrente marxista até então hegemônica na América Latina. Por um lado, demonstrou que a luta armada podia ser uma maneira eficaz de destruir um poder ditatorial e pró-imperialista e abrir caminho para o socialismo. Por outro lado, demonstrou a possibilidade objetiva de uma revolução combinando tarefas democráticas e socialistas em um processo revolucionário *ininterrupto*. Essas lições, em nítida contradição com a orientação dos partidos comunistas, obviamente estimularam o surgimento de correntes marxistas inspiradas pelo exemplo cubano. A principal limitação da experiência cubana, que se tornou evidente a partir do final dos anos 60, foi a estrutura autoritária do poder revolucionário, a ausência de pluralismo político, de liberdade de expressão e de formas de controle democrático da população sobre as instâncias políticas (salvo em nível local).

Um novo período revolucionário para o marxismo latino-americano, portanto, teve início após 1960 – um período que recuperou algumas das idéias vigorosas do "comunismo original" da década de 1920. Não houve nenhuma continuidade política e ideológica direta entre os dois períodos, mas os castristas redimiram Mariátegui e resgataram Mella e a revolução de 1932 em El Salvador do esquecimento histórico[91].

O líder e pensador revolucionário que melhor simboliza e encarna esse novo período para o marxismo na América Latina é Ernesto "Che" Guevara (1928-67), não apenas por causa do seu papel histórico na Revolução Cubana, mas especialmente pela profunda influência de seus escritos e de sua atividade prática nas novas correntes revolucionárias do continente.

Essa influência é exercida por meio de uma série de temas intimamente interligados que constitui o eixo central do marxismo de Che[92]. O primeiro é a importância de uma ética comunista no processo revolucionário e a rejeição de medidas econômicas de construção socialista que se baseiem "nas armas podres

90. Isso não quer dizer que os dirigentes cubanos formulassem uma crítica radical ao marxismo de tipo soviético ou propusessem uma ruptura com a herança stalinista.
91. Os escritos de Mella, fundador do PC cubano, foram publicados em Cuba apenas depois da revolução castrista. O PSP não publicava esses artigos desde a década de 1930.
92. Cf. meu livro *O pensamento de Che Guevara*, Lisboa, Livraria Editora Bertrand, 1973 (edição original em francês, Paris, Maspero, 1970).

que nos deixou o capitalismo (a mercadoria como unidade, a rentabilidade, o interesse econômico individual como motivação etc.)"[93]. A partir de 1963, Guevara começou a desenvolver uma atitude cada vez mais crítica ao modelo econômico, social e político do "socialismo real", buscando um caminho socialista alternativo, mais democrático, mais igualitário e mais solidário.

O segundo é o caráter socialista da revolução na América Latina, que deve derrotar "ao mesmo tempo os imperialistas e os exploradores locais"[94]. Em sua *Mensagem à Tricontinental* – que serviu como bandeira ideológica e programática para toda a esquerda revolucionária do continente – Che insistia: "As burguesias nacionais perderam totalmente a capacidade de resistir ao imperialismo – se algum dia a tiveram – e agora formam a sua retaguarda. Não há nenhuma alternativa: revolução socialista ou caricatura de revolução"[95].

No que diz respeito a Cuba, Guevara examina as premissas metodológicas para uma análise marxista da transformação da revolução democrática em socialista num importante ensaio de 1964. Ele ressalta a seguinte questão: como é possível a transição para o socialismo em um país semicolonial, subindustrializado? Não sem ironia, rejeita a posição etapista que responde, "como os teóricos da II Internacional", que "Cuba rompeu todas as leis da dialética, do materialismo histórico, do marxismo". Partindo de uma compreensão completamente diferente do marxismo e da dialética entre sujeito e objeto – ou entre economia e política – ele enfatiza que, em Cuba, as forças revolucionárias "estão pulando etapas" para "forçar a marcha dos eventos, mas no contexto do que é objetivamente possível"[96].

O terceiro tema de Guevara é a luta armada como principal forma de combate aos regimes ditatoriais predominantes na América Latina. Para ele, a guerrilha rural, vista como uma continuação por outros meios da luta política revolucionária, é a forma mais segura e realista de luta armada. Mas insiste: "Tentar deflagrar esse tipo de guerra sem o apoio da população é o prelúdio de desastre inevitável". A luta só tem significado se os guerrilheiros "são apoiados pelas massas camponesas e operárias da região e de todo o território em que atuam"[97].

Sob a influência da obra e do exemplo de Che, os discursos e escritos de Fidel Castro, os documentos programáticos da liderança cubana – a Primeira e a Segunda Declarações de Havana (1960 e 1962) – e, acima de tudo, o exemplo

93. Ernesto Guevara, "El socialismo y el hombre en Cuba", *Obras*, v. II, La Habana, Casa de las Américas, 1970, p. 372.
94. Ernesto Guevara, "Guerra de guerrillas, un método", *op. cit.*, v. I, p. 177.
95. Ver a seleção nesta antologia.
96. Ernesto Guevara, "La planificación socialista, su significado", *op. cit.*, v. II. p.322.
97. Ver a seleção nesta antologia.

concreto da própria Revolução Cubana, uma nova corrente revolucionária nasceu na América Latina: o castrismo (ou guevarismo). Uma das características mais fundamentais da interpretação do marxismo dessa corrente é certo "voluntarismo revolucionário", político e ético, em oposição a todo determinismo passivo e fatalista:

> O dever de todo revolucionário é fazer a revolução. Sabemos que a revolução será vitoriosa na América e no mundo, mas é indigno de um revolucionário sentar-se na porta da sua casa e esperar que passe o cadáver do imperialismo.[98]

As primeiras organizações castristas surgiram no início da década de 1960, seguindo divisões no movimento jovem de certos partidos populistas (APRA no Peru, Ação Democrática na Venezuela) ou dos partidos comunistas tradicionais. Durante um período inicial (1960-68), a maioria desses movimentos tomou o caminho da guerrilha rural, tentando recriar o sucesso do Movimento 26 de Julho cubano. Foram os guerrilheiros da FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional, dirigidas por Douglas Bravo) e do MIR (Movimento da Esquerda Revolucionária, dirigido por Américo Martín) na Venezuela, as FAR (Forças Armadas Revolucionárias, lideradas por Turcios Lima) e o MR-13 (Movimento Revolucionário 13 de Novembro, liderado por Yon Sosa) na Guatemala, o MIR (liderado por Luis de la Puente Uceda) e o ELN (Exército de Libertação Nacional, dirigido por Hector Bejar) no Peru, a FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional, dirigida por Carlos Fonseca) na Nicarágua, o Movimento 14 de Junho na República Dominicana e, finalmente, o ELN do próprio Guevara, na Bolívia.

Em 1967, o congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) reuniu-se em Havana, constituindo a expressão política mais elevada desse primeiro período do castrismo no continente. A significação histórica desse congresso encontra-se, em primeiro lugar, na sua tentativa de coordenação continental, pela primeira vez desde Bolívar, do processo revolucionário latino-americano, e, em segundo lugar, na inequívoca e franca proclamação da unidade do conteúdo democrático e socialista da revolução latino-americana: "A natureza da revolução é a luta pela independência nacional, a emancipação diante das oligarquias e o caminho socialista para o desenvolvimento econômico e social pleno"[99]. A OLAS também tomou posição a favor da guerrilha como o método de luta mais eficaz na maioria dos países do continente.

98. *Segunda Declaração de Havana*, 1962. Ver a seleção neste livro.
99. Ver a seleção nesta antologia.

Por volta dessa época, surgiu o trabalho do jovem filósofo francês Regis Debray, que radicalizava algumas das idéias implícitas na corrente castrista da época. Seu livro *Revolução na Revolução?* (1966) teve um grande impacto e suas proposições principais; a prioridade do militar ante o político e o foco guerrilheiro como substituto do partido político, foram adotadas por um número importante de organizações castristas.

Por causa da orientação "militarista" e voluntarista, a maior parte desses movimentos guerrilheiros foi derrotada, tanto militar como politicamente. Após alguns sucessos conjunturais, os combatentes e seus líderes foram dizimados e os centros guerrilheiros desapareceram – como na Bolívia, no Peru e na Venezuela – ou foram isolados e marginalizados. Em geral, os guerrilheiros conseguiram estabelecer vínculos locais com setores do campesinato pobre, mas a ausência de um movimento de massa e de organização política em escala nacional limitou a extensão da luta armada.

Uma nova etapa no desenvolvimento do guevarismo – utilizamos esse termo para definir a nova forma da corrente guerrilheira depois da morte de Che Guevara –, caracterizada particularmente pelo desenvolvimento de movimentos guerrilheiros urbanos com considerável impacto político, teve início após 1968. Estes incluíam o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (liderado por Raúl Sendic) no Uruguai, o PRT-ERP (Partido Revolucionário dos Trabalhadores-Exército Revolucionário do Povo, liderado por Roberto Santucho) na Argentina, a ALN (Ação Libertadora Nacional, liderada por Carlos Marighella) e o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro, liderado pelo capitão Carlos Lamarca) no Brasil, e o MIR (liderado por Miguel Enríquez) no Chile. Embora tivessem bases no campo, esses movimentos eram fundamentalmente urbanos. Encontraram apoio significativo em meios estudantis e intelectuais e, em menor grau, nas favelas e entre certos setores radicalizados da classe operária. A maioria foi destruída ou extremamente enfraquecida pela brutal repressão deflagrada pelos regimes militares durante a década de 1970. Alguns fizeram um balanço autocrítico do seu "militarismo" e da sua incapacidade de enraizar-se organicamente nas massas operárias e camponesas e tentaram reorientar a sua prática política.

Após 1974, a corrente guevarista organizou-se em uma Junta de Coordenação Revolucionária, cujos membros eram o PRT-ERP, o MIR chileno, os Tupamaros e o ELN boliviano. A junta entrou em crise profunda após 1977-78 por causa de divergências internas e do enfraquecimento dos grupos-membros.

Paralelamente ao crescimento de novas correntes revolucionárias, a Revolução Cubana estimulou o desenvolvimento da ciência social marxista. Pela primeira vez, o marxismo penetrou em larga escala nas universidades latino-

americanas e enriqueceu o estudo da sociologia, da economia política, da história e da ciência política. As idéias da ciência social norte-americana e os seus imitadores na América Latina, as teorias desenvolvimentistas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, das Nações Unidas), com a sua problemática dualista – sociedade moderna contra sociedade arcaica –, e as teorias congeladas da esquerda tradicional, geralmente de origem stalinista, foram questionadas e criticadas em uma série de obras de pesquisa teórica e empírica. Uma crítica de alguns dos temas dominantes comuns dessas teorias foi formulada de maneira concisa e polêmica em um célebre ensaio do sociólogo mexicano Rodolfo Stavenhagen, *Sete teses errôneas sobre a América Latina* (1965), em um artigo de Luis Vitale, *América Latina: feudal ou capitalista?* (1966), e, de maneira mais desenvolvida, por André Gunder Frank em *Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina* (1967). Um grande número de pesquisas marxistas importantes e inovadoras sobre temas fundamentais da realidade latino-americana surgiu desde o início da década de 1960: dependência e subdesenvolvimento, populismo, sindicatos e a sua ligação com o Estado, os movimentos operários e camponeses, a questão agrária, a marginalidade e outros. Embora por vezes defendendo teses contraditórias, não há dúvida de que essas obras – por exemplo, as de Manuel Aguilar, Arturo Anguiano, Octavio Rodriguez Araujo, José Aricó, Mario Arrubla, Roger Bartra, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Blanco, Pablo Gonzáles Casanova, Osvaldo Fernandez Diaz, Bolivar Echeverria, Roberto Fernández Retamar, Florestan Fernandes, Marta Harnecker, Octavio Ianni, Marcos Kaplan, Ernesto Laclau, Rigoberto Lanz, Victor Leonardi, Héctor Malave Mata, Héctor Silva Michelena, José Álvaro Moisés, Gilberto Mathias, Fernando Novais, José Nun, Francisco de Oliveira, Juan Carlos Portantiero, Aníbal Quijano, Daniel Aarão Reis Filho, Eder Sader, Germán Sanchez, Enrique Semo, Roberto Schwarz, Edelberto Torres Rivas, Tomas Vasconi, Francisco Weffort (além dos autores que aparecem nesta antologia) – ofereceram uma contribuição rica e estimulante para a interpretação marxista da América Latina. O fato de alguns deles terem se afastado de seu passado marxista e aderido à ideologia neoliberal dominante não diminui o mérito de seus escritos anteriores...

É importante enfatizar que esta nova ciência social marxista não se limita ao meio acadêmico e desempenhou freqüentemente um papel nos debates ideológicos e no seio da esquerda latino-americana. Por exemplo, para os autores da corrente mais radical da teoria da dependência, tais como Gunder Frank, Rui Mauro Marini, Aníbal Quijano e Luis Vitale, a pesquisa econômica e social era explicitamente ligada a uma estratégia política. Sua problemática comum situava-se nos seguintes eixos:

1. A rejeição da teoria do feudalismo latino-americano e a caracterização da estrutura colonial histórica e da estrutura agrária presente como essencialmente capitalistas.
2. A crítica do conceito de uma "burguesia nacional progressista" e da perspectiva de um possível desenvolvimento capitalista independente nos países latino-americanos.
3. Uma análise da derrota das experiências populistas como resultado da própria natureza das formações sociais latino-americanas, sua dependência estrutural e a natureza política e social das burguesias locais.
4. A descoberta da origem do atraso econômico não no feudalismo nem em obstáculos pré-capitalistas ao desenvolvimento econômico, mas no caráter do próprio desenvolvimento capitalista dependente.
5. Finalmente, a impossibilidade de um caminho "nacional-democrático" para o desenvolvimento social na América Latina e a necessidade de uma revolução socialista como única resposta realista e coerente ao subdesenvolvimento e à dependência.

Durante a década de 1960, Cuba também conheceu um florescimento da pesquisa sociológica, histórica e filosófica, testemunho da existência de um marxismo criativo e aberto, cuja mais notável expressão foi a revista *Pensamiento Crítico*, publicada sob a direção de Fernando Martinez Heredia. Por pressão soviética, esta revista, que publicava textos de Rosa Luxemburgo, Herbert Marcuse ou Ernest Mandel, além de trabalhos de marxistas cubanos que rejeitavam a linha dos manuais da URSS – Aurélio Alonso, German Sanchez, Jesus Diaz – foi fechada em 1971.

O guevarismo não foi a única corrente revolucionária que se desenvolveu na América Latina a partir de 1960. Em grau menor, o trotskismo e o maoísmo também conheceram um crescimento significativo.

A consolidação do trotskismo durante esse período ocorreu, entre outras razões, porque a Revolução Cubana foi vista por muitos setores da juventude radicalizada como uma confirmação de certas teses defendidas pelos partidários da IV Internacional, especialmente a teoria da revolução permanente como processo que conduz ao "transcrescimento" da revolução democrática em uma revolução socialista. O trotskismo também conseguiu crescer como resultado da crise do movimento comunista tradicional após a Revolução Cubana e por causa da polêmica castrista contra a política moderada dos partidos comunistas latino-americanos.

De 1961 a 1963, no Peru, um militante trotskista, Hugo Blanco, liderou um dos maiores movimentos camponeses de massa na história recente do continente – uma série de ocupações de terras por sindicatos camponeses no Vale da Convención. Hugo Blanco também tentou organizar uma milícia camponesa

para defender o movimento contra os proprietários de terras e a polícia, mas a repressão das Forças Armadas destruiu os sindicatos camponeses e os seus líderes foram presos[100].

A simpatia trotskista pela Revolução Cubana e a ausência de preconceitos antitrotskistas entre os guevaristas permitiu o estabelecimento de relações de colaboração entre as duas correntes em uma série de países, que, durante algum tempo, chegaram a certa simbiose política e/ou organizacional.

Assim, no Chile, os trotskistas (Luis Vitale e seus amigos) participaram da fundação do MIR em 1965. A organização foi influenciada pelas suas idéias mesmo depois de sua saída, alguns anos depois, e os trotskistas consideraram durante um período o MIR o mais próximo das suas idéias dentre todos os grupos guevaristas.

Na Bolívia, o POR de González Moscoso e o ELN de Inti Peredo colaboraram intimamente de 1969 a 1971, chegando mesmo a fundir parcialmente as suas alas militares.

Por fim, em 1965, na Argentina, a fusão entre um grupo castrista e uma organização trotskista deu à luz o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), que foi a seção argentina da IV Internacional de 1969 a 1973[101].

Essa aliança trotskista-guevarista cristalizou-se no IX Congresso da IV Internacional (1969), que proclamou uma orientação em favor da luta armada e da integração das organizações trotskistas na corrente OLAS. Durante a década de 1970, porém, divergências estratégicas e táticas levaram a um afastamento das duas tendências, que, apesar disso, mantiveram relações fraternais na maioria dos países. O trotskismo desenvolveu-se nos anos 70, especialmente no México, onde o PRT (a seção mexicana da IV Internacional) cresceu rapidamente (com importante influência em sindicatos camponeses independentes); também na Colômbia, no Brasil e no Peru, onde a FOCEP (Frente dos Operários, Camponeses e Estudantes do Peru), uma coalizão predominantemente trotskista, recebeu 12% dos votos nas eleições de junho de 1978 para a Assembléia Constituinte.

A relação entre o maoísmo e o guevarismo, ao contrário, foi, na maioria das vezes, de conflito. O maoísmo surgiu no continente como uma conseqüência da polêmica sino-soviética e como resultado de divisões nos partidos comunistas tradicionais. O primeiro grupo maoísta latino-americano foi o Partido

100. Militantes da FIR (Frente de Esquerda Revolucionária), organização trotskista peruana da qual Hugo Blanco foi membro, iniciaram as primeiras "desapropriações de bancos" na América Latina, sob a liderança de Daniel Pereyra em 1961-62.
101. Em 1968, um grupo trotskista liderado por Nahuel Moreno deixou o PRT, opondo-se à perspectiva de engajamento na luta armada contra o regime militar argentino, e, posteriormente, formou o PST (Partido Socialista dos Trabalhadores). Quanto ao PRT, separou-se da IV Internacional Trotskista em 1973, assumindo uma orientação política e ideológica próxima à linha política do Partido Comunista Vietnamita.

Comunista do Brasil (PCdoB), produto de uma corrente dissidente que deixou o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1962. O Partido Comunista do Brasil foi fundado por uma parte da antiga liderança do partido – Diógenes Arruda, João Amazonas, Pedro Pomar –, que, continuando a se reclamar de Stalin e descontente com o XX Congresso e a desestalinização, encontrou eco para suas preocupações na crítica chinesa a Kruchev. A orientação do PCdoB combinava um retorno à política de ofensiva do período da Guerra Fria (1949-53) e uma tentativa de aplicar a estratégia revolucionária do PC chinês. O partido maoísta brasileiro, seguindo o exemplo chinês, propunha um "bloco de quatro classes" e o estabelecimento de um governo revolucionário pela guerra popular (concebida como o "cerco das cidades pelo campo"), cuja tarefa seria realizar uma revolução antiimperialista e antilatifundista. Os maoístas convergiam com os pró-soviéticos ao negar o caráter socialista da revolução na sua presente etapa e na insistência sobre a necessidade de uma aliança com a burguesia nacional; propunham, entretanto, a hegemonia do proletariado nessa aliança de classes e a necessidade da luta armada. Durante a década de 1960, o PCdoB recusou-se a tomar parte em ações armadas e criticou severamente as atividades dos guerrilheiros castristas (ALN, MR-8 etc.) como contraditórias a uma verdadeira guerra popular. Não obstante, em 1971-73, o partido organizou uma ação guerrilheira camponesa na Amazônia que foi dizimada pelo Exército brasileiro. Nessa época, o PCdoB foi reforçado pela adesão de uma grande parte da Ação Popular, uma organização com origem na esquerda cristã e que foi hegemônica no movimento estudantil brasileiro na década de 1960.

Organizações similares ao PCdoB surgiram em outros países: o PCML (Partido Comunista Marxista-Leninista) do Peru, o PCML da Bolívia, o PCML da Colômbia etc. Estes últimos distinguiram-se dos outros grupos por criar uma importante organização de guerrilha rural, o EPL (Exército Popular de Libertação), em 1967. Por outro lado, a recusa do PCML da Bolívia (liderado por Oscar Zamora) em apoiar os guerrilheiros de Che em 1967 foi um dos temas do confronto político entre o maoísmo e o guevarismo no continente. Durante a década de 1970, a nova política exterior chinesa – reaproximação com os Estados Unidos, uma postura ambígua diante de Pinochet – provocou uma profunda crise na corrente maoísta, e muitas das organizações, a começar pelo Partido Comunista do Brasil, se aproximaram da Albânia. Hoje, o maoísmo não existe como corrente na América Latina, salvo, talvez, a guerrilha do Sendero Luminoso no Peru, que parece, entretanto, mais inspirada por Pol Pot do que por Mao Tsé-Tung.

O desenvolvimento do castrismo/guevarismo, do trotskismo e do maoísmo na América Latina após 1960 representou um desafio para a hegemonia dos partidos comunistas tradicionais sobre o movimento operário.

Esses partidos reagiram de várias maneiras às organizações castristas. Alguns (Argentina, Brasil, Colômbia, Chile), desde o início, recusaram-se a cooperar com as novas correntes, classificado-as como aventureiras pequeno-burguesas. Outros tentaram periodicamente colaborar com grupos guerrilheiros (Bolívia, Venezuela, Guatemala); em alguns casos, divergências profundas quanto ao papel da própria luta armada (como estratégia ou tática) provocaram uma divisão em que membros da juventude comunista (Inti Peredo, na Bolívia) juntaram-se às fileiras dos guerrilheiros guevaristas. Finalmente, alguns partidos, notavelmente o uruguaio (sob a liderança de Rodney Arismendi), participaram da OLAS e conseguiram estabelecer um *modus vivendi* e chegaram até mesmo a colaborar com a corrente guevarista (os Tupamaros).

O partido que experimentou a crise mais profunda depois da Revolução Cubana foi provavelmente o PC brasileiro[102]. Integrado ao regime populista do presidente João Goulart e confiante no setor "nacional-democrático" das Forças Armadas brasileiras, o PCB foi surpreendido pelo golpe militar de abril de 1964, que estabeleceu a ditadura que permaneceria no poder até 1985. Contudo, ao contrário do PGT guatemalteco, que emitiu após a queda de Arbenz em 1954 uma autocrítica acerca da sua insuficiente autonomia face à burguesia, o PCB, em uma resolução do Comitê Central, em maio de 1965, criticou a tendência "sectária e esquerdista" do partido durante 1962-64, uma tendência que teria "afastado da frente única importantes setores da burguesia nacional"[103]. A derrota de 1964 e essa linha autocrítica – considerada direitista pela oposição – provocou uma crise interna no partido que se aguçou com o impacto da conferência da OLAS. Após 1967, muitos militantes e alguns dos principais líderes do PCB – incluindo Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Mario Alves, Apolonio de Carvalho e Jacob Gorender – deixaram o partido para fundar organizações de esquerda e engajar-se na luta armada.

Alguns partidos, como o PC chileno, por outro lado, não tiveram divisões importantes (exceto por alguns setores jovens que se juntaram ao MIR) e permaneceram impermeáveis à influência da Revolução Cubana. Graças à sua força organizacional e coerência ideológica, o PC chileno tornou-se a força hegemônica no que pode ser considerado a mais importante tentativa de buscar um caminho pacífico para o socialismo na Amércia Latina, o governo da Unidade Popular no Chile.

102. O PC venezuelano passou por uma séria crise em 1969-70, que levou à saída de grande parte da sua liderança e de importantes setores da base, que formaram o MAS (Movimento Rumo ao Socialismo), liderado por Teodoro Petkoff. A principal causa da divisão não foi a luta armada, mas a questão das relações do partido com a URSS, que fora posta em questão com a invasão da Tchecoslováquia em 1968. No curso dos anos 90, o MAS tomou uma orientação social-democrata e Petkoff passou a participar de governos neoliberais.

103. Citado em Carlos Rossi, "Le PC brésilien", *Révolution permanente en Amérique Latine*. Paris, Maspero, 1972, p. 15.

Devemos enfatizar que, diante das hesitações do Partido Socialista, que era profundamente influenciado, nas bases, por tendências guevaristas e trotskistas, o Partido Comunista foi a tendência operária *mais moderada* do governo Allende. Convencido já há muitos anos de que o Chile não poderia tornar-se socialista sem passar por uma etapa "antioligárquica e antiimperialista"[104], o Partido Comunista tentou por todos os meios assegurar um *modus vivendi* entre o governo da Unidade Popular e as forças burguesas consideradas progressistas pela limitação das nacionalizações[105], pelo diálogo com a Democracia Cristã e, especialmente, pela colaboração com as Forças Armadas, nas quais, de acordo com os líderes comunistas, "reina uma consciência profissional e respeito pelo governo constitucionalmente estabelecido"[106].

Em outras palavras: os trágicos eventos de setembro de 1973 não foram previstos pelo PC chileno e teria sido difícil para ele prevê-los, considerando a concepção que o partido tinha do aparelho estatal e da sua relação com as classes sociais.

Finalmente, algumas observações sobre as correntes socialistas na América Latina. Até há poucos anos, a social-democracia não havia se implantado com eficácia no continente. As principais exceções até a década de 1970 foram os partidos socialistas da Argentina e do Uruguai, que desempenharam papel significativo no movimento dos trabalhadores no começo do século, sob a liderança de E. Frugoni no Uruguai e de Juan B. Justo, Alfredo Palacios, Américo Ghioldi, Alicia Moreau de Justo e outros na Argentina. Mas a Revolução Cubana também teve impacto nesses partidos, provocando a radicalização de certos setores socialistas. Na década de 1960, várias divisões ocorreram no PS argentino, tanto para a direita (o Partido Socialista Democrático de Ghioldi e Nicolás Repetto) como para a esquerda (o Partido da Vanguarda Socialista de David Tieffenberg e outros); uma das tendências socialistas, liderada por Juan Coral, uniu-se em 1972 com o grupo La Verdad, de Nahuel Moreno, para formar o Partido dos Trabalhadores Socialistas, de orientação trotskista. Conseqüentemente, a corrente social-democrática argentina foi enfraquecida e marginalizada, quase desaparecendo como força política ou sindical importante. Um processo

104. Ver, por exemplo, o relatório do secretário-geral ao XIV Congresso do Partido, em novembro de 1969. Luis Corvalán, *Camino de victoria*. Santiago, setembro de 1971, p. 323.
105. O famoso "Plano Millas", proposto pelo ministro das Finanças, comunista, até mesmo previa a devolução aos donos de certas propriedades desapropriadas durante a "greve dos patrões" de outubro de 1972.
106. Cf. Corvalán, *Camino de victoria*, p. 425-6. Em uma entrevista ao *L'Humanité* (o jornal do PC francês), Corvalán, secretário-geral do PC chileno, enfatizou: "Em círculos ultra-revolucionários, afirma-se que um confronto com o Exército é inevitável e irrevogável. [...] Em última análise, considerar inevitável um confronto armado implica, e alguns estão sugerindo isso, a formação imediata de milícias operárias. Na presente situação, isso seria um sinal de falta de confiança no Exército. Mas o Exército não é impermeável aos novos ventos que estão soprando e penetrando em todos os cantos da América Latina" (*L'Humanité*, 7 de janeiro de 1971).

similar – mas em menor grau – ocorreu no Uruguai, onde as seções mais combativas do Partido Socialista criaram o movimento Tupamaro.

O Partido Socialista Chileno, ao contrário dos partidos da Argentina e do Uruguai, nunca tinha se afiliado à Internacional Socialista. Na verdade, esse partido não era um partido social-democrata típico, mesmo que incluísse correntes social-democratas. Sua simpatia pela revolução iugoslava e, posteriormente, pela Revolução Cubana, e a sua aliança política com os comunistas colocaram-no em contradição com a doutrina social-democrata tradicional. Isso também se aplicava ao caso do Partido Socialista Revolucionário do Equador. No curso dos anos 80 e 90, a social-democracia conheceu um desenvolvimento bastante espetacular na América Latina. O PS chileno se transformou, sob nova direção, em partido social-democrata, aliado da Democracia Cristã no governo de transição no Chile. Com exceção do caso chileno, a maioria dos partidos e movimentos que se denominam social-democratas e aderiram à Internacional Socialista no último período são partidos de estilo populista, que tem pouco a ver com o marxismo ou o movimento operário socialista: o APRA do Peru, o PDT brasileiro de Leonel Brizola, a Ação Democrática (AD) na Venezuela, o PLN da Costa Rica, o PNP jamaicano, o PRD da República Dominicana, entre outros.

Apesar da derrota da maioria dos movimentos guerrilheiros das décadas de 1960 e 1970, o novo período revolucionário do marxismo latino-americano, iniciado pela Revolução Cubana, não tinha se esgotado. A vitória da Revolução Nicaragüense e o desenvolvimento de frentes revolucionárias na América Central representou nos anos 80 o prosseguimento dessa dinâmica, que também se manifestou sob novas formas em todo o continente.

A Frente Sandinista de Libertação Nacional foi fundada em 1961, sob a influência de Cuba e do guevarismo. Contudo, o sandinismo não era uma simples cópia ou imitação do modelo cubano. Carlos Fonseca e seus amigos formularam sua própria teoria e orientação, correspondendo às tradições revolucionárias da Nicarágua. A lenda de Sandino – sua luta épica contra os U.S. Marines, o seu covarde assassinato pelos homens de Somoza em 1934 – foi uma herança transmitida de geração para geração. Representava uma oculta, reprimida, subterrânea, mas incrivelmente tenaz tradição dos oprimidos, que incluía as idéias de Sandino, o General dos Homens Livres: uma mistura explosiva de antiimperialismo intransigente e rebelião social. Colocada fora da lei pelo Estado, essa cultura revolucionária popular fundiu-se com o marxismo para transformar-se no sandinismo. Ao interpretar Sandino em um contexto marxista e traduzir o marxismo para a linguagem da cultura sandinista, Carlos Fonseca e seus companheiros forjaram a ideologia revolucionária da FSLN.

Não foi por acaso que o antigo partido comunista da Nicarágua (o PSN – Partido Socialista Nicaragüense) permaneceu à margem do processo revolucio-

nário, como em Cuba, criticando a Frente Sandinista como "ultra-esquerdista", "aventureira" e "influenciada pelo maoísmo e pelo trotskismo".

Em certos aspectos, a Revolução Sandinista lembra a cubana: a derrota armada de uma ditadura impopular, a criação de um poder revolucionário baseado no armamento do povo, na reforma agrária, no confronto com o imperialismo. Contudo, certas características originais foram específicas da Nicarágua: um papel muito mais importante desempenhado pela população pobre e jovem das cidades, a importância menor da guerrilha rural ante as insurreições urbanas e a participação em massa de cristãos.

Ao contrário de Cuba, porém, onde a "transição" de revolução democrática para revolução socialista ocorreu bem rapidamente (em cerca de dois anos), na Nicarágua, dez anos após a vitória da insurreição em julho de 1979, ainda existia uma economia mista e muitos capitalistas ainda conservavam as suas propriedades. A violação da ordem burguesa foi, a princípio, *política*: a destruição do aparelho estatal das classes dominantes e o estabelecimento de um Estado revolucionário baseado no Exército Sandinista, nas milícias populares, sindicatos, Comitês de Defesa Sandinista e outros organismos. As mudanças econômicas ocorreram de maneira mais vagarosa e incompleta: a desapropriação das propriedades de Somoza e de seus seguidores e, mais tarde, uma reforma agrária bastante radical. Mas a maior parte da propriedade econômica permanecia em mãos privadas[107]. Outra característica particular da Revolução Nicaragüense foi o estabelecimento pelo governo sandinista de um regime político baseado em direitos democráticos, pluralismo político e sindical, liberdade de imprensa e direito de associação. Eleições reconhecidas por observadores internacionais como livres e democráticas (as primeiras na história da Nicarágua!) foram realizadas em 1984 e resultaram em uma maioria de 67% para a FSLN na Assembléia Constituinte. Erros autoritários (especialmente no que diz respeito aos índios miskito) foram progressivamente corrigidos, embora continuasse a predominar um estilo vertical de liderança política.

A derrota dos sandinistas nas eleições de 1990 foi, acima de tudo, o resultado das terríveis conseqüências do bloqueio econômico norte-americano e da guerra contra-revolucionária organizada pelos Estados Unidos contra o povo nicaragüense. Mas erros sandinistas também contribuíram para esse retrocesso: democracia interna insuficiente no partido sandinista, serviço militar compulsório, concessões excessivas ao setor privado etc.

A Revolução Nicaragüense teve um profundo impacto em todo o continente, mas especialmente na América Central. Em El Salvador, ajudou a inspirar o

107. Para um estudo detalhado dessas questões, ver o excelente estudo de Paul Le Blanc, *Permanent Revolution in Nicaragua*. Nova York, Fourth Internationalist Tendency, 1984.

desenvolvimento de organizações populares e frentes guerrilheiras. Vindas de diversas origens – guevaristas, maoístas, cristãs de esquerda, comunistas dissidentes –, essas frentes transcendem o foquismo e a atividade puramente militar graças a esforços intensos de organização popular (entre operários, camponeses, estudantes e população pobre urbana e rural). O movimento popular provocou a derrubada da ditadura militar do general Romero em 1979, e as organizações populares formam a Coordenadora Revolucionária de Massas, mas as organizações guerrilheiras não conseguiram enfrentar a repressão militar que exterminou praticamente todos os dirigentes da CRM. A unidade foi estabelecida pouco depois, com a fundação da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) em 1980, que adotou a herança do comunismo salvadorenho inicial e da insurreição de 1932. A FMLN chegou a controlar um terço do território do país e conseguiu amplo apoio popular nas cidades e no campo. Sem ajuda militar e econômica maciça dos Estados Unidos, o poder do Exército salvadorenho e da oligarquia já teria sido vencido. Como na Nicarágua, muitos militantes revolucionários em El Salvador são cristãos; durante muito tempo, a principal base dos guerrilheiros rurais foi a FECCAS, a Federação Cristã dos Camponeses Salvadorenhos, criada por jesuítas progressistas.

A vitória sandinista também encorajou os revolucionários da Guatemala, se bem que o movimento não fosse tão grande como o de El Salvador. As diversas frentes guerrilheiras guatemaltecas, unidas desde 1985 na URNG (União Revolucionária Nacional Guatemalteca), conseguiram implantar-se nas comunidades camponesas maias, ao contrário de seus predecessores na década de 1960. Cristãos radicais e suas comunidades de base também desempenharam papel essencial nesse caso. Contudo, massacres sistemáticos do Exército e a organização militar forçada da população rural conseguiram enfraquecer as organizações revolucionárias guatemaltecas.

Nessas três nações centro-americanas, a vanguarda revolucionária foi criada por meio da fusão do marxismo com tradições populares de luta social e antiimperialismo que permaneceram na memória coletiva dos oprimidos: a luta de Sandino contra a intervenção americana na Nicarágua (1927-34), a insurreição de 1932 em El Salvador e a luta centenária dos indígenas contra a colonização na Guatemala.

Correntes de várias origens se reuniram nas três frentes de libertação – até mesmo os partidos comunistas "históricos" participaram em El Salvador e Guatemala –, mas as novas forças marxistas, em parte inspiradas pelo guevarismo, são as hegemônicas. A atração das idéias socialistas e marxistas para uma parte significativa das "massas cristãs" e para os setores mais radicalizados do clero é um dos aspectos característicos das insurreições centro-americanas, do qual não há precedentes históricos em tal escala.

Com a derrota eleitoral do sandinismo e a mudança da conjuntura política internacional (fim da Guerra Fria, desaparição da URSS), os movimentos guerrilheiros salvadorenhos e guatemaltecos decidiram aceitar acordos de paz, que, em troca do desarmamento dos grupos insurgentes, ofereceram certas garantias democráticas para uma atividade pública e legal das forças de esquerda.

Enquanto se dava esse processo de luta na América Central, surgiram, a partir de 1980, novos movimentos políticos e sociais no Cone Sul da América Latina, especialmente a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Brasil. O processo de industrialização, dirigido pelo regime militar em associação com o capital multinacional, levou ao surgimento de uma nova classe trabalhadora, que se mobilizou em grandes greves em 1978-79, especialmente na região do ABC. Diante da repressão do Estado, sindicalistas militantes, como Lula (o líder do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo), se politizaram e tomaram a decisão de criar o Partido dos Trabalhadores, independente das forças oposicionistas burguesas e liberais do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O novo Partido dos Trabalhadores logo conseguiu o apoio e a adesão de muitos sindicalistas e organizadores das comunidades eclesiais de base, assim como de intelectuais de esquerda, antigos militantes das frentes guerrilheiras da década de 1960 e grupos marxistas (sobretudo trotskistas). A CUT foi criada em 1983 sob o ímpeto dos sindicalistas do PT, unindo as correntes de lutas de classe do movimento operário, e é hoje, com 10 milhões de membros, a força hegemônica do sindicalismo brasileiro. Com centenas de milhares de aderentes e dezenas de milhões de votos, o PT se tornou a principal oposição operária e popular à "Nova República", surgida do consenso entre os militares e a burguesia liberal. O Partido dos Trabalhadores como tal não se reclama marxista, mas seu programa democrático e socialista – aprovado no 7º Encontro, em 1990 – é, sem dúvida, de inspiração marxista. Sem falar das tendências internas marxistas, que exercem influência significativa no partido.

Nem o surto revolucionário na América Central nem a formação dos novos movimentos operários e populares no Brasil podem ser compreendidos sem a consideração de um fenômeno novo e inesperado – a radicalização de amplos setores cristãos e a sua atração pelo marxismo.

O Concílio Vaticano II sem dúvida contribuiu para essa evolução, embora não de maneira direta, já que as suas resoluções não transcenderam os limites de uma modernização, um *aggiornamento*, uma abertura liberal. Mas essa abertura, ao perturbar as antigas certezas dogmáticas, tornou a cultura católica permeável a novas idéias e influências "exteriores". Abrindo-se para o mundo moderno, a Igreja não pode evitar os conflitos sociais que sacodem este mundo, especialmente na América Latina. É nesse contexto que muitos cristãos – no início, intelectuais,

principalmente: teólogos, jesuítas, especialistas leigos, estudantes – foram atraídos por análises e propostas marxistas – como ocorreu com grande parte dos intelectuais do continente durante a década de 1960.

A teologia da libertação não criou essa mudança; é um produto dela. Mais precisamente, é a expressão particular de um movimento social criado pelo envolvimento de cristãos em associações de bairro, sindicatos, movimentos estudantis, ligas camponesas, centros de educação popular, partidos políticos de esquerda e organizações revolucionárias. Esse movimento, que poderíamos chamar cristianismo de libertação, surgiu na década de 1960 (lembrem-se de Camilo Torres!), muito antes da teologia da libertação. Esta, porém, ao dar ao movimento legitimidade e uma doutrina, contribuiu para a sua difusão e desenvolvimento.

O tema da libertação começara a preocupar os teólogos mais avançados, insatisfeitos com a dominante "teologia do desenvolvimento", no fim da década de 1960. Mas foi em 1971, com um livro de Gustavo Gutiérrez, padre peruano e ex-estudante das universidades católicas de Louvain e Lyon, que a teologia da libertação nasceu verdadeiramente. Nessa obra, *Teologia da libertação – Perspectivas*, Gutiérrez propôs certo número de idéias controvertidas que estavam destinadas a ter eco considerável. Influenciado pelo marxismo – ele se refere especialmente aos escritos de Mariátegui, de Ernst Bloch e dos teóricos da dependência –, Gutiérrez não vê os pobres como objeto de pena ou caridade, mas como *os sujeitos da sua própria libertação*. Rejeitando o "desenvolvimentismo [...] que se tornou meramente sinônimo de reformismo e modernização", isto é, de medidas limitadas, tímidas e ineficazes que apenas agravam a dependência, o teólogo peruano proclama sem hesitação:

> Apenas uma destruição radical do presente estado de coisas, uma transformação profunda das relações de propriedade, a tomada do poder pela classe explorada, uma revolução social acabarão com essa dependência. Apenas elas permitirão a transição para uma sociedade diferente, uma sociedade socialista.[108]

Observe-se que essa posição é muito mais radical que as propostas dos partidos comunistas latino-americanos nesse período.

Pouco depois, em abril de 1972, o primeiro encontro continental do movimento "Cristãos pelo socialismo" ocorreu em Santiago, organizado por dois jesuítas chilenos, o teólogo Pablo Richards e o economista Gonzalo Arroyo, com o apoio do bispo mexicano Sergio Mendez Arceo. Esse movimento ecumê-

---

108. Ver Gustavo Gutiérrez, *Teología de la liberación: perspectivas*. Lima, CEP, 1971, p. 22-23.

nico, que uniu católicos e protestantes, levou a lógica da teologia da libertação à sua conclusão – isto é, uma tentativa de síntese entre marxismo e cristianismo – que logo provocou a sua interdição pela hierarquia da Igreja chilena. A resolução final do encontro de 1972 proclamou a sua adesão, como cristãos, à luta pelo socialismo na América Latina:

> O verdadeiro contexto para uma fé viva hoje é a história da opressão e da luta de libertação diante da opressão. Para nos situarmos nesse contexto, porém, devemos participar verdadeiramente do processo de libertação, unindo partidos e organizações que sejam instrumentos autênticos da luta da classe trabalhadora.

Graças ao trabalho de Gutiérrez, de Hugo Assmann – outro pioneiro da teologia da libertação –, dos irmãos Leonardo e Clodovis Boff, de Frei Betto (preso por vários anos pela ditadura militar, atualmente principal animador das comunidades de base do Brasil e conselheiro do Partido dos Trabalhadores), de Jon Sobrino e Ignácio Ellacuria (assassinado pelos militares em El Salvador), de Pablo Richards na América Central, a teologia da libertação se tornou uma corrente influente nas comunidades de base e em setores significativos da Igreja. Isto provocou uma reação do Vaticano: a famosa "Instrução quanto a certos aspectos da Teologia da Libertação", da Congregação para a Doutrina da Fé, dirigida pelo cardeal Ratzinger, que denuncia a teologia da libertação como uma nova heresia baseada no uso "indiscriminado" de conceitos marxistas.

Qualquer que seja o resultado da ofensiva do Vaticano – e não podemos excluir que conseguirá alguns sucessos –, a posição dos cristãos no campo da luta de classes nunca será o que era antes do surgimento e do desenvolvimento do cristianismo de libertação.

Durante muitos anos, a questão de uma aliança com setores ditos "cristãos de esquerda" foi uma preocupação tática do movimento dos trabalhadores e de marxistas na América Latina. Durante sua viagem ao Chile, em 1971, Fidel Castro falou da possibilidade de cristãos e marxistas passarem de uma aliança tática para uma aliança estratégica. Mas depois da experiência centro-americana, assim como da brasileira, a questão das alianças aparece como superada: os cristãos se tornaram um componente dos movimentos populares socialistas, libertadores ou revolucionários. Eles trouxeram uma sensibilidade moral, uma experiência do trabalho popular "na base" e uma urgência utópica que contribuíram para enriquecer o movimento. O que atrai certos cristãos radicais para o marxismo não é apenas o seu valor científico como análise da sociedade; é também, ou especialmente, a sua oposição ética à injustiça capitalista, a sua identificação com a causa dos oprimidos e a sua proposta socialista.

Os acontecimentos dos anos 1989-91 não deixaram de ter um impacto sobre a esquerda marxista latino-americana. Mais do que a queda do Muro de Berlim e o fim pouco glorioso da URSS – duramente sentidos sobretudo pela corrente comunista identificada com o modelo soviético – foi a derrota sandinista que teve maiores conseqüências para o conjunto das forças de esquerda, na América Central e em todo o continente, contribuindo – como vimos acima – para o desarme das guerrilhas na América Central, no quadro de acordos de paz acompanhados de garantias democráticas. A isto se deve acrescentar as dificuldades de Cuba: se existe enorme simpatia pelo combate de Cuba em defesa das conquistas da revolução e contra o bloqueio norte-americano, a falta de democratização do regime e certas práticas autoritárias – como, por exemplo, o processo e execução do general Ochôa e seus amigos – têm suscitado muitas dúvidas e críticas na esquerda latino-americana.

Estes e outros acontecimentos, num contexto de ofensiva capitalista neoliberal triunfante, levaram vários intelectuais ou dirigentes de esquerda "realistas" a proclamarem o fim do período aberto pela Revolução Cubana de 1959, e o início de uma época de "consenso democrático", no qual as reformas necessárias se dariam no quadro da economia (capitalista) de mercado. A revolução seria um capítulo encerrado na história da América Latina, e em seu lugar só poderia ter conseqüência uma política moderada de reformas, implementada por governos de centro-esquerda. É a tese que defende, por exemplo, o talentoso escritor e jornalista mexicano Jorge Castañeda, em seu livro *A utopia desarmada* (1993), que teve considerável impacto em todo o continente.

Ora, poucos meses depois de publicado esse livro, em seu próprio país, o México, teve lugar o espetacular levante dos índios de Chiapas, sob a direção de uma organização de utopistas armados, o Exército Zapatista de Libertação Nacional. É verdade que os zapatistas, contrariamente aos grupos de guerrilha tradicionais, não têm por objetivo tomar o poder, mas sim suscitar a auto-organização da sociedade civil mexicana, com vistas a uma profunda transformação do sistema social e político do país. Entretanto, sem o levante de janeiro de 1994, o EZLN – que permanece de armas na mão cinco anos depois – não se teria transformado numa referência para as vítimas do neoliberalismo, não só no México, mas na América Latina e no mundo inteiro.

O novo zapatismo mexicano é um movimento portador de magia, de mitos, de utopias, de poesia, de romantismo, de entusiasmo, de "mística"; mas ao mesmo tempo ele também é pleno de insolência, de humor, de ironia e de auto-ironia. Nele se combinam várias tradições subversivas, que compõem uma efervescente e imprevisível cultura revolucionária, que encontra sua expressão literária nos artigos do subcomandante Marcos.

Por um lado, o EZLN é herdeiro do marxismo guevarista, que inspirou o núcleo original do movimento. É claro que a evolução do zapatismo o conduziu para muito longe desta origem, mas a insurreição de janeiro de 1994, bem como o próprio espírito do Exército Zapatista de Libertação Nacional, guarda algo dessa herança: a importância das armas, a ligação orgânica entre os combatentes e o campesinato, o fuzil como expressão material da desconfiança dos explorados perante seus opressores, a disposição a arriscar a vida pela emancipação dos pobres. Estamos longe da aventura boliviana de 1967, mas perto da ética revolucionária tal como Che a encarnava.

A herança mais direta é, sem dúvida, a do próprio Emiliano Zapata, cujo famoso Exército do Sul representa ao mesmo tempo a insurreição dos camponeses e índios, a luta intransigente contra os poderosos sem pretender tomar o poder, o programa agrário de redistribuição das terras e a organização comunitária da vida camponesa – o que Adolfo Gilly chamou "a comuna de Morelos". Mas é também Zapata o internacionalista que saudou, numa célébre carta de fevereiro de 1918, a Revolução Russa, insistindo sobre "a visível analogia, o paralelismo evidente, a absoluta paridade" entre esta e a revolução agrária no México:

> Uma e outra estão dirigidas contra o que Tolstoi chamava 'o grande crime', contra a infame usurpação da terra, que, sendo propriedade de todos, como o fogo e o ar, foi monopolizada por alguns poderosos, sustentados pela força dos exércitos e pela iniqüidade das leis.

"Terra e liberdade" continua sendo a palavra de ordem central dos novos zapatistas, que são os continuadores de uma revolução interrompida – para retomar o título do belo livro de Gilly – em 1919, com o assassinato de Zapata.

A teologia da libertação é outra fonte de inspiração do zapatismo – embora seus dirigentes não se refiram muito a ela. Na verdade, sem o trabalho de conscientização das comunidades indígenas e a auto-organização para lutar por seus direitos, promovidos por Monsenhor Ruiz e seus catequistas desde os anos 70, é difícil imaginar que o movimento zapatista teria tido um tal impacto em Chiapas. Claro, este trabalho não tinha vocação revolucionária e recusava toda ação violenta. Mas isso não impede que, na base, nas comunidades indígenas, muitos zapatistas – inclusive entre os dirigentes – tenham sido formados pela teologia da libertação, por uma fé religiosa que escolheu o compromisso com a auto-emancipação dos pobres.

Estas três heranças são importantes, mas é provável que a tradição que mais tenha contado para o EZLN seja a cultura maia dos indígenas de Chiapas, com sua relação mágica com a natureza, sua solidariedade comunitária, sua resistência à modernização neoliberal. O zapatismo faz referência a esta tradição

comunitária do passado, pré-capitalista, pré-moderna, pré-colombiana – um pouco como Mariátegui, que falava, não sem exagero, de "comunismo inca".

O EZLN é herdeiro de cinco séculos de resistência indígena à Conquista, à "Civilização" e à "Modernidade". Não é por acaso que a insurreição zapatista havia sido originalmente planejada para 1992, a data do Quinto Centenário da Conquista, e que, naquele ano, uma multidão de indígenas tenha ocupado San Cristóbal de las Casas, a capital de Chiapas, derrubando a estátua do conquistador Diego de Mazariegos, símbolo odiado da espoliação dos índios e de sua sujeição.

Mas o EZLN não é a única manifestação de permanência da utopia revolucionária de inspiração marxista na América Latina, que torna pelo menos prematuras as tentativas de declarar como terminado o grande capítulo histórico aberto com a Revolução Cubana. Outras lutas – sobretudo com base social no campo – exprimem, no curso dos anos 90, uma contestação radical da ordem social, seja, excepcionalmente, sob forma de guerrilha – como na Colômbia, onde as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o ELN (Exército de Libertação Nacional) ampliaram sua influência social –, seja, o que é mais freqüente, sob forma de movimentos sociais de um tipo novo.

Destes, o mais importante e bem-organizado – mas não o único, posto que movimentos similares existem também no Paraguai, Equador, Peru, México, Guatemala etc. – é sem dúvida o MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil. Também ele, como tantos outros movimentos radicais na América Latina, tem sua origem no cristianismo da libertação, mais precisamente nas comunidades de base e na Pastoral da Terra. Mas a partir dos anos 80, o MST se autonomizou em relação à Igreja e incorporou elementos importantes do marxismo em sua análise da estrutura rural brasileira e em seu programa agrário de inspiração socialista. Pela sua combatividade, sua "mística", seus métodos de luta pouco convencionais e sua oposição intransigente às políticas neoliberais dos sucessivos governos brasileiros, o MST conquistou a simpatia não só de uma parte significativa dos camponeses sem terra, mas também da população pobre urbana e da opinião pública em geral, e aparece cada vez mais como a ponta avançada da luta pela transformação social no Brasil.

Por outro lado, o significativo voto popular dado aos partidos de esquerda latino-americanos, representados no Foro de São Paulo, é também, em maior ou menor grau conforme os países, a expressão de um descontentamento com o neoliberalismo, com a dominação imperialista, com a desordem estabelecida, e a busca de uma alternativa radical às estruturas sociais existentes – independentemente dos limites programáticos de tal ou qual organização ou frente política[109].

---

109. Outro sinal de revitalização do marxismo nos anos 90 é a multiplicação de revistas marxistas

A própria existência do Foro de São Paulo, a partir de 1990, como centro de discussão e convergência unitária, democrática e pluralista do conjunto das forças de esquerda latino-americanas – marxistas ou não – é um passo importante para a superação das exclusões sectárias e das intolerâncias que tanto prejudicaram o movimento no curso de sua história. Não só nas reuniões do Foro, mas também em cada país, um número crescente de militantes considera que, mais além dos debates políticos necessários e das inevitáveis confrontações ideológicas, a unidade de ação de todas as correntes, marxistas ou não, que se consideram comprometidas com a causa dos explorados ou com a luta pelo socialismo, é, mais do que nunca, um imperativo urgente neste fim do século XX.

Como escrevia Mariátegui em 1º de maio de 1924:

> Formar uma frente unida é executar um ato de solidariedade no que diz respeito a um problema concreto e uma necessidade urgente. Isso não significa renunciar às teorias que cada partido sustenta nem à posição que cada um ocupa na vanguarda. Uma variedade de tendências e de grupos bem-definidos e distintos não é um mal; é, ao contrário, um sinal de um período avançado no processo revolucionário. O que importa é que esses grupos e essas tendências saibam como agir concertadamente ao confrontar a realidade concreta do dia. [...] Que não empreguem suas armas [...] para ferir um ao outro, mas para combater a ordem social, as suas instituições, as suas injustiças e os seus crimes[110].

Michael Löwy
Paris, março de 1999

P. S. Esta versão brasileira é a quarta edição, revista e atualizada, desta antologia, publicada anteriormente na França, México e Inglaterra. Na Alemanha, esta introdução foi publicada como livro autônomo.

(Traduzido do inglês por Luís Carlos Borges.)

no continente – *América Libre, Cuadernos del Sur, Herramienta, Rodaballo* (Argentina), *Vientos del Sur, Dialéctica, História y Sociedad* (México), *Margenes-Sur* (Peru), *Crítica Marxista, Praga, Outubro, Lutas Sociais* (Brasil) etc. – e o aparecimento de uma nova geração de pesquisadores marxistas, historiadores, sociólogos ou economistas, entre os quais Nestor Kohan, Horácio Tarcus, Claudio Katz , Cláudia Korol (Argentina), Paulina Fernandez, Francisco Gomezjara, Antonio Garcia de Leon, Fernando Matamoros (México), Ricardo Antunes, Paulo Arantes, Iná Camargo, Isabel Loureiro, José Castilho Marques, Marcelo Ridenti (Brasil), Renan Vega (Colômbia), Alfonso Ibañez, Alberto Rocha (Peru), Orlando Nunez (Nicarágua).

110.Mariátegui, "El primero de mayo y el frente único", em *Obra política*, p. 253-54.

A propósito desta antologia

O objetivo desta antologia é suprir uma deficiência e proporcionar um instrumento de trabalho útil a pesquisadores e militantes. Com efeito, não existe nenhum compêndio de textos políticos importantes do marxismo latino-americano no século XX. Uma das raras obras deste tipo, o pequeno livro de Luis Aguilar (*Marxism in Latin America*, Borzoi Books, A. Knopf, Nova York, 1968), um cubano emigrado para os Estados Unidos após a revolução, padece das limitações drásticas do *pocket-book* de "kremlinologia" norte-americana.

É evidente que qualquer seleção de textos tem certo grau de arbitrariedade, e esta antologia não foge à regra. Todavia, nosso propósito foi compilar documentos de diferentes correntes do marxismo latino-americano, inclusive das correntes minoritárias, esquecidas pela história oficial dos universitários (e pela dos partidos comunistas). O eixo central da maioria dos documentos é a luta *política*, mas eles incluem, também, desenvolvimentos teóricos, sociológicos, econômicos e históricos.

O método desta antologia é decidamente *historicista*: trata-se de considerar a evolução do pensamento marxista no quadro das lutas políticas em cada período histórico da América Latina. Por outro lado, se baseia na suposição de que a história do marxismo na América Latina não pode ser considerada como um universo à parte, separado do contexto internacional; por isso, ressaltamos em cada etapa sua ligação com as transformações do movimento operário mundial.

Escolhemos unicamente textos referentes à América Latina; assim, nos vimos obrigados a sacrificar uma série de escritos muito interessantes sobre o método e a filosofia marxistas, a teoria socialista ou o leninismo, que constituem, algumas vezes, reais contribuições latino-americanas ao pensamento marxista universal. Estes trabalhos formarão, talvez, outro livro.

Por outro lado, tivemos de descartar (salvo algumas exceções) trabalhos estritamente econômicos ou sociológicos, que tiveram, principalmente após 1960, um verdadeiro auge na América Latina, com o surgimento de uma nova ciência social marxista, de grande riqueza e qualidade.

Por falta de espaço, não foi possível incluir textos de certas correntes importantes do marxismo latino-americano: por exemplo, os Cristãos pelo Socialismo, cujas teses socioeconômicas e políticas têm como fundamento o marxismo; a "esquerda nacional", corrente que sublinhou a dimensão nacional